

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

O DESPERTAR DO TERCEIRO MUNDO

Brasil: Agente de poder

Dissertação submetida à Universidade Federal de
Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre
em Ciências Humanas Especialidade Direito.

Nilson Borges Filho

Março de 1981

Essa dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas - Especialidade Direito e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação.

Professor Alcides Abreu - Orientador



Professor Paulo Henrique Blasi - Coordenador

Apresentada perante a banca examinadora com
posta dos Professores:

Para Nilson e Oscarina, meus pais.
Para Raphael, meu filho.

UMA FORMA DE REPARTIR

Este estudo é uma monografia, elaborada através de uma abordagem sistêmica, para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, sob a denominação "O DESPERTAR DO TERCEIRO MUNDO - Brasil: agente de poder" .

Optei pelo tema antes de ingressar no Curso de Pós- Graduação em Direito do Estado, durante um diálogo com o Professor Alcides Abreu, oportunidade em que debati a idéia e a viabilidade da pesquisa. A partir daí tomei a iniciativa de discutir sobre o assunto com diversas pessoas, desde colegas de curso, professores, políticos, analistas, e, até, técnicos em energia nuclear.

Do Prof. Abreu, além da orientação acadêmica, recebi apoio e compreensão nas diversas vezes que fui em busca do seu conhecimento.

No decorrer da elaboração da minha proposta, contei com a ajuda de todos os professores do curso, que não mediram esforços para o seu aperfeiçoamento metodológico, aos quais sou eternamente grato.

Aos colegas de Mestrado e aos funcionários do Curso cabe uma grande parcela de colaboração e aqui rendo minhas homenagens.

SUMÁRIO

RESUMO
ABSTRACT
INTRODUÇÃO

1. BLOCOS DE PODER

- 1.1. O Espectro da Terceira Guerra
- 1.2. Bipolaridade
- 1.3. Guerra Fria

2. O TERCEIRO MUNDO

- 2.1. Teatro de Operações
- 2.2. Uma Nova Frente
- 2.3. O Grito "Terceiro Mundista"

3. A GEOPOLÍTICA E A REALIDADE NACIONAL

- 3.1. Conceitos Básicos sobre Geopolítica
- 3.2. A Posição e o Espaço Brasileiro
- 3.3. O Brasil Geoistórico
- 3.4. Presença Estratégica
- 3.5. O Brasil e os Dois Blocos

4. A SEXTA GRANDEZA

- 4.1. Novos Atores em Cena
- 4.2. Bases de Poder

5. NO LIMIAR DE UMA NOVA ERA

- 5.1. O Acordo Nuclear
- 5.2. Críticas ao Programa
- 5.3. As Pressões Externas
- 5.4. Angra "versus" Atucha
- 5.5. Na Idade do Poder Atômico

6. O BRASIL E O MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

- 6.1. O Esboço do Futuro
- 6.2. A Punição do Sul
- 6.3. A Projeção Mundial
- 6.4. O Poder de Decisão do Brasil

CONCLUSÕES

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RESUMO

Após um longo diálogo, Estados Unidos e União Soviética voltam a confrontar-se, lembrando o auge da guerra fria. Com a crise do petróleo, o Oriente Médio tornou-se o novo palco de operações do conflito ideológico entre norte-americanos e soviéticos, que, seguramente, deverá alastrar-se para outros países de interesses vitais para as super-potências.

Segurança, poder e prestígio, são, por ordem, os fatores que justificam a atual política externa dos dois países pólos, que se caracteriza pelo emprego de forças militares fora de suas esferas de influência.

Essa corrida de soviéticos e norte-americanos, por uma abertura de frente no Oriente Médio, tem despertado o mundo para o espectro de uma terceira guerra mundial com a atualização de armas nucleares. Mas todos concordam que nenhum dos sistemas sobreviveria a um conflito atômico.

Neste estudo procura-se demonstrar como situa-se no atual estágio das relações externas, a ordem política internacional. Partiu-se, no tempo, do final da última grande guerra, quando o mundo passou a viver sob um outro enfoque: a bipolaridade, consequência do conflito ideológico entre Estados Unidos e União Soviética; a guerra fria, estratégia adotada pelos dois países face o equilíbrio do terror nuclear em um confronto direto; e a geopolítica, fundamento teórico do intervencionismo norte-americano e da presença soviética em países que ocupem uma posição estratégica dentro da geografia planetária.

Em seguida, propõe-se uma alternativa para os países do Terceiro Mundo, às voltas com o imperialismo das grandes potências, onde o conhecimento final da tecnologia nuclear seria o instrumento ideal para aumentar a capacidade interna dessas nações em reagir às ameaças que visam transformá-los em palco de operações nos conflitos de ideologia entre Leste e Oeste e para que uma mensagem "terceiro mundista" ganhe viabilidade de implementação no reordenamento do processo político-internacional.

E, por último, apresenta-se o Brasil como país viável e potência emergente que, dada a sua função estratégica no Atlântico

Sul e o domínio pleno das tecnologias finais, terá, num futuro bem próximo, capacidade para se destacar entre as nações que deterão o poder de decisão no sistema planetário.

ABSTRACT

After a long dialogue the United States and the Soviet Union confront once more, remembering the climax of the cold war. With the petroleum crisis the Middle East has become the new operation field in the ideological conflict between Americans and Soviets, which will certainly spread to the other countries in which these two super powers have vital interests.

Security, power and prestige are, respectively, the factors that justify the current external politics of these two pole countries, which is characterized by the employment of military forces out of their spheres of influence.

That race of Americans and Soviets for the taking of positions has struck the world with the ghost of a Third World War, with the use of nuclear weapons. But everybody agrees that neither of those two systems would survive an atomic conflict.

This paper tries to show the situation of the international politics order in the present stage of the external relations. The departure point was the end of the last big world war, when the world faced a new situation: the bipolarity, a consequence of the ideological conflict between the United States and the Soviet Union; the cold war, a strategy adopted by the two countries, due to the balance of the nuclear terror in a direct confrontation ; and the geopolitics, the theoretical basis of the American interventionism and of the Soviet presence in countries that occupy a strategic position within the planetary geography.

After that, an alternative is proposed to the countries of the Third World which are involved in the imperialism of the big potencies, where the final knowledge of the nuclear technology would be the ideal means to increase the internal capacity of these nations, so that they could react to the threats that aim to make them become the field of the operations regarding the ideological conflicts between the West and the East, and so that a Third World message becomes practible in the recordering of the international politics process.

And finally Brasil is presented here as a practible country and an emergent power that, due to its strategic function in the

South Atlantic and to the total domination of the final technologies, will be able, in a near future, to excel among the countries that will retain the decision power in the planetary system.

INTRODUÇÃO

Como resultado de um compromisso assumido voluntariamente com o Curso de Pós-Graduação em Direito do Estado da Universidade Federal de Santa Catarina, que tem, "por missão, preparar, em alto nível, formuladores de política, estrategistas, tomadores de decisão, inovadores, teóricos da transição, humanistas do desenvolvimento, os próprios construtores do futuro" (1), formulase o texto a seguir, a nível científico, abrangendo situações concretas da ordem política internacional e da condição brasileira para potência mundial, propondo-se uma mensagem endereçada para o futuro, com bases nos fatos considerados ao longo do estudo.

Desenvolve-se o tema, levando-se em consideração as atuais condições de política internacional na busca pelo poder, através de uma análise histórica, tomando-se como referencial, o término da segunda grande guerra; quando do surgimento de duas novas potências no cenário mundial, com ideologias antagônicas, forçando a divisão do planeta em dois pólos.

A hipótese nuclear é que como Estados Unidos e União Soviética, líderes do sistema bipolar, não têm interesses em um confronto direto, face ao terror atômico, utilizam-se dos países do Terceiro Mundo que ocupem uma posição estratégica dentro da geografia planetária, como teatro de operações, para exercitarem suas políticas expansionistas.

Desta forma, pretendeu-se elaborar o texto o mais próximo possível dessa realidade, de forma objetiva e científica, buscando observar o tom da verdade, que deve ser o único a respaldar as observações do cientista político. Mas essa realidade mutável, complexa e dinâmica, é a dificuldade com que sempre se defronta aquele que deseja estudar a política internacional, através de um exame minucioso das relações internacionais. "E se não se pode - diz Nascimento e Silva - aspirar ao rigor científico no conhecimento político, pode-se, ao menos, conseguir instrumentos úteis para a compreensão dos fenômenos". (2)

Poder Mundial, Sistemas Bipolares, Terceiro Mundo e Brasil Potência Emergente, são assuntos que sofreram as mais diversas análises de estudiosos de todos os matizes, sendo que alguns

desses trabalhos chegaram a chamar a atenção da intelectualidade internacional, não só pelos seus fundamentos teóricos, mas também pelas mensagens endereçadas e que se concretizaram no futuro. Muitos desses estudiosos serão citados no decorrer desta tese, sem que isso implique, é claro, na transferência de responsabilidade acerca de tudo que se encontra aqui contido. Por outro lado, a medida que se ia lendo tais estudos, notava-se uma não correspondência entre "guerra fria" e "conflitos localizados" no Terceiro Mundo, bipolaridade e expansionismo, intervencionismo e geopolítica, estratégia e conhecimento atômico, etc.

A falta de dados disponíveis com esse tipo de abordagem, a ausência de uma literatura latino-americana, inclusive com uma epistemologia própria, podem ser considerados como fatores limitativos para a elaboração desta monografia. Isto, se se deixasse de falar do atual jogo pelo poder mundial, uma realidade tão mutável, que se modifica a cada dia. Pois, uma visão realista do quadro planetário mostra a existência de duas sociedades, ideologicamente antagônicas e politicamente rivais, que querem afirmar-se utilizando-se do seu poder militar, como forma de impor seu interesse a outras nações, uma vez que o terror nuclear torna inviável um confronto direto entre as duas potências que buscam, ansiosamente, alterar as peças do dominó geopolítico.

A realidade de uma catástrofe atômica, na hipótese de um conflito direto entre Estados Unidos e União Soviética, transformou os países do Terceiro Mundo, de geografia estratégica, em teatro de operações. Raymond Aron, em sua passagem pelo Brasil, disse que *"a ameaça nuclear é um fato real, mas não é o dado mais importante nas relações internacionais..."* (3) Correto, se o raciocínio for aquele de que ninguém pode trabalhar sempre com a hipótese do extermínio, assim como ninguém pode viver sempre com a idéia da morte. Mas constituiu-se uma observação recusável, quando os fatos e os acontecimentos têm nos levado a concluir que o equilíbrio atômico recrudescer a "guerra fria" e que as grandes potências vêm inescrupulosamente ocupando espaços, inclusive com emprego de forças militares como num último lance de sobrevivência, gerando conflitos localizados no Terceiro Mundo e implantando regimes espúrios.

O General Alexander Haig, ex-comandante das forças da

OTAN e atual Secretário de Estado do Presidente Reagan, referiu - se "a novas possíveis incursões em áreas do Terceiro Mundo, a serem eventualmente inspiradas e apoiadas pela União Soviética durante os anos 80, ao mesmo tempo que sublinhava a necessidade de uma liderança pós-Vietnã para enfrentar esse tipo de ameaça". (4)

Sob outros aspectos, o intervencionismo gerou um agente de poder que passou despercebido pelas duas potências, pois as sistêmicas guerras locais fizeram com que esses países se lançassem numa gradativa escalada ao conhecimento final da tecnologia atômica. E isso torna bastante claro que até pequenos países podem agora fazer frente a uma potência, quando sentirem sua soberania ameaçada.

Contudo, face a onda de conservadorismo que o mundo está vivendo, estrategistas dos países que compõem a OTAN receberam, com simpatia, a notícia de que os Estados Unidos estão em preparativos, para se necessário for, intervir em áreas do Terceiro Mundo, que ameacem os interesses ocidentais. Já do lado soviético, com a invasão do Afeganistão e agora no auge da crise da Polônia, quando sabe-se que tropas de União Soviética estão em manobras na fronteira da Alemanha Oriental e prestes a intervir, prevê-se novas investidas, com a ajuda de Cuba de Castro, no sentido de explorar as oportunidades surgidas nos países periféricos onde determinados líderes mantêm um certo fascínio pelo regime socialista.

Destarte, os países periféricos que não detêm hoje nenhum poder de barganha para enfrentar as grandes potências intervencionistas, têm visto no desenvolvimento da tecnologia atômica esse agente de poder. A expectativa de que um país terceiro-mundista, que da tecnologia do átomo venha a construir o seu artefato nuclear, vai fazer com que as grandes potências pensem duas vezes antes de tomar qualquer medida intervencionista, como ocorreu recentemente no Afeganistão.

Mas, como os dois grandes demonstram disposição de intervir nas áreas de seus interesses estratégicos, tudo leva a crer que depois do Oriente Médio, o Atlântico Sul será eleito como área prioritária para o equilíbrio de forças.

Não se trata só de retórica. Estrategistas ligados ao governo americano têm declarado, textualmente, que, em outras palavras,

pretendem transformar este lado do hemisfério sul em peça da "guerra fria".

Harold Brown, Secretário de Defesa do Presidente Carter, falou recentemente "da necessidade de [...] fortalecer o potencial americano, tendo em vista a disposição do Exército Vermelho, de afirmar seu poder militar e político fora das fronteiras da União Soviética". (5)

Nicarágua, El Salvador, enfim, o Caribe, comprovam que as peças já estão sendo movimentadas, isto é, a escalada em direção ao hemisfério sul teve seu início nos países da América Central.

O Brasil, que ocupa uma privilegiada função estratégica no Atlântico Sul, deve preparar-se para possíveis intenções de fazer dele zona de equilíbrio no plano mundial. A necessidade de aumentar a sua importância política, a nível internacional, fez com que o governo brasileiro desse os primeiros passos para o ingresso no reduzido Clube Atômico. A Argentina, ao nosso lado, partilha de mesma opinião e tem idéias semelhantes, pois o seu programa nuclear está em processo mais adiantado do que o brasileiro. O ingresso do Brasil na era atômica é capaz de gerar uma auto-afirmação diante de pressões políticas que possam surgir de outros países mais potentes.

Assim, deve o Brasil se afastar de qualquer estratégia que o coloque como zona de equilíbrio de poder através de um alinhamento com uma das atuais lideranças no plano mundial, mas ao contrário disso, deve investir nas suas potencialidades e assumir uma posição de independência política perante os dois blocos, emergindo, na condição de candidato a potência, como um dos reordenadores da ordem internacional.

Finalmente, cumpre-se alertar que muito embora o presente trabalho se expresse como a última fase para a obtenção do título de Mestre, assinala-se, todavia, que não se esgotaram as anotações sobre a proposta que se coloca em debate. Está-se aberto à inclusão de novos ingredientes.

No entanto, tomando emprestada uma expressão do Prof. Abreu, repassa-se: "É o juízo que faço, do posto de observação em que me situo". (6)

1. BLOCOS DE PODER

1.1. O ESPECTRO DA TERCEIRA GUERRA

A terceira guerra mundial estaria para ser desencadeada . Esta, parece ser, a opinião da grande maioria dos analistas da política internacional. Coloca-se, como fatos iniciadores do conflito, a invasão dos estudantes iranianos à Embaixada Americana em Teerã, como consequência da revolução muçulmana no Oriente Médio , e a intervenção Soviética no Afeganistão, além de uma possível resposta americana à entrada de tropas soviéticas no território Polonês, para acalmar algumas lideranças operárias. Tais indicadores , no entender desses analistas, seriam as principais peças para o anúncio de uma catástrofe mundial: a guerra atômica entre as duas maiores potências do planeta.

Por outro lado alguns analistas e intelectuais guerreiros (warrior intellectuals) não crêem num novo conflito mundial.

Gaston Bouthoul e René Carrère, polemólogos franceses , constataam "que a existência da arma nuclear e o equilíbrio do terror nuclear já tem conseguido influir sobre as funções das guerras, num sentido, de certo modo positivo: duas das funções da guerra, a função lúdica e especulativa, se acham bloqueadas. Porque a guerra é uma atividade que se desenrola no tempo, tem ela a necessidade de um certo tempo para preencher suas funções. Ora, a guerra nuclear pode, em algumas horas, em alguns dias causar aos Estados beligerantes destruições mecânicas maciças e mortais em que a rapidez, a amplitude e a eficácia esvaziam duas das funções das guerras clássicas. Não há mais lugar, nem esperança para esta atividade guerreira humana, que era um dos jogos sangrentos nos quais se precipitavam, nós já o vimos, homens e coletividades transbordantes de entusiasmo e de vitalidade. A função lúdica está bloqueada. A guerra era também a especulação e a esperança de uma vitória, e de um ganho superior aos riscos e às perdas previsíveis. (...) A guerra era igualmente especulação, segundo a qual qualquer um dos beligerantes não seria tão enfraquecido, a ponto de ficar à mercê completa de uma terceira potência interveniente ou de uma revolta interior. Atualmente, depois das mudanças nucleares maciças, mesmo a hiperpotência menos destruída não está certa de que não ficará à mercê, seja de uma outra potência, mediana ou peque

na, mantida à parte da guerra nuclear, seja de um caos interior!" (7)

Jã Pierre Gallois, autor da obra "A Estratégia na Era Nuclear" diz que: "[...] O perigo de guerra é ambíguo. Se se trata da luta armada, feita com meios clássicos, a afirmação é fraca. Se é um conflito nuclear entre os Estados Unidos e a União Soviética, a afirmação ultrapassa a realidade. O perigo é o mesmo que em Berlim em 1949 ou em Cuba em 1962. Hoje os refêns da embaixada americana em Teerã ou a marcha para o Golfo de Omã das forças soviéticas não justificam a destruição mútua das duas grandes potências por causa de uma brincadeira nuclear. Muitos temem a sucessão de Leonid Brejnev. Mas quando Joseph Stalin morreu, também se teve medo do futuro da paz. E foram seus sucessores que contribuíram para a détente". (8)

Segundo a história contemporânea, a ameaça de um confronto nuclear começou em Potsdam, em 1945, quando o Presidente Truman deu a entender a Stalin sobre o sucesso dos testes da bomba atômica americana. A reação do premier soviético foi de calma, mas instruiu seus cientistas para que acelerassem ao máximo a criação de uma arma de igual poder.

Conta Galbraith que a partir desse diálogo, "cada um dos lados passou a criar armas que tornaram obsoletas as que estavam em uso ou encomendas". (9)

Não resta a menor sombra de dúvida que a partir da última grande guerra, o mundo passou a conhecer um outro enfoque nas relações internacionais, a bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética.

Mas ao contrário do que muita gente pensa, as relações bilaterais entre as duas potências se vêem ameaçadas por uma outra realidade do que aquela de um confronto direto entre Estados Unidos e União Soviética. Os conflitos que têm gerado a diferença entre as duas potências mantêm em comum alguns aspectos. O palco escolhido é sempre um país do Terceiro Mundo. Assim foi Cuba e Vietnã e agora é o Oriente Médio. O fundamento é as duas ideologias político-sociais que se enfrentam na interpretação dos problemas internacionais e buscam um domínio sobre os dois pólos do mundo.

Não se tem notícia, por exemplo, de que os Estados Unidos tenham feito alguma guerra em seu território, até mesmo a sua

participação na Segunda Guerra Mundial foi sempre em território estrangeiro. O poyo norte-americano ainda não sentiu na própria carne as consequências devastadoras de um conflito mundial que outros países tiveram que conviver por um certo período.

A União Soviética que já foi invadida por diversas vezes seja por Napoleão seja por Hitler, que não acreditaram na força do General Inverno, não se arriscaria a uma nova guerra, em sua própria casa, depois de uma revolução que a transformou, de uma monarquia decadente, na segunda maior potência do mundo.

O quadro que se apresenta no atual jogo pela conquista do poder, dá a entender a idéia muito remota de uma guerra atômica cujo único risco consistente é um erro de apreciação de uma das potências sobre a determinação e capacidade de outro. Estados Unidos e União Soviética acumularam uma capacidade de destruição global, de tal ordem, que dificilmente ela será utilizável com objetivos políticos.

Hans Morgenthau, do "The New Republic", em artigo publicado pelo "O Estado de São Paulo", entende que: *"tanto os Estados Unidos como a União Soviética têm hoje condições de arrasar as suas respectivas civilizações diversas vezes. O aumento do poderio de qualquer um desses países, visando a ultrapassar esse nível já sem precedentes de destruição, não redundará em lucro algum, seja na esfera militar ou política"*. (10)

Segundo alguns comentaristas, essa confrontação entre as grandes potências tem uma semelhança mais do que casual com o chamado "jogo da galinha".

O "jogo da galinha" (disputado certa época por grupo de adolescentes da Costa Ocidental dos Estados Unidos) inicia-se quando dois adversários dirigiam seus automóveis, numa estrada deserta, em alta velocidade, um em direção ao outro. O primeiro contendor a desviar do meio da estrada, era recebido como "galinha" e era posto em desgraça pelos demais do grupo. Aquele que se recusava a desviar era tido como herói. Para Karl Deutsch o "jogo da galinha" se resume no seguinte: *"cada um dos dois contendores tem uma escolha entre duas estratégias: ele pode cooperar com o outro contendor desviando para evitar uma colisão [mas ao risco de cair em desgraça, se desviar antes do adversário], ou então pode desertar do interesse comum de sobrevivência e dirigir sempre em fren*

te - quer para a morte, se o adversário fizer o mesmo, quer para o triunfo, se o adversário ceder". (...) "No modelo abstrato da situação há quatro resultados possíveis: Primeiro, ambos os contendores podem cooperar [CC], desviando ao mesmo tempo, de modo que nenhum venha a cair em desgraça. Ou ambos podem desertar (DD) ao dirigirem diretamente para uma colisão frontal que muito provavelmente os matará ou aleijará. Ou o contendor A cooperar desviando enquanto B dirige sempre em frente (CD); então A cai em desgraça e B é admirado pelo grupo. Ou, finalmente, A pode desertar e dirigir sempre em frente, enquanto B coopera desviando (CD); então A é admirado e B desprezado". (11)

Um exame cuidadoso do jogo, constata-se que tanto Estados Unidos como União Soviética, muito remotamente "desertarão" (DD), pois uma colisão frontal entre ambos os matará inapelavelmente, mas ao contrário, estarão sempre em plena cooperação (CC), de modo que não venham a cair em desgraça.

Afastada, por ora, a hipótese de um conflito atômico, os analistas não descartam, entretanto, um confronto mundial mediante o emprego de armamentos convencionais, a chamada guerra clássica. Mas para Delgado de Carvalho "a guerra clássica em grande escala é substituída, na atualidade, pela atividade febril de um perpétuo rearmamento que somente as duas grandes potências do presente podem levar a efeito". (12)

Mas isso só ocorreria, por exemplo, se as forças soviéticas continuassem em direção ao Golfo Pérsico pois, nesse caso, os Estados Unidos tentariam proteger aquela área vital, inclusive com força militar.

Ocorre, entretanto, que as armas nucleares colocam a possibilidade de um aniquilamento mútuo das duas potências, risco que nenhuma delas gostaria de correr. Mesmo que de início o conflito se desse por emprego de armamento convencional, à medida que uma das potências fosse perdendo espaço e poder ela não hesitaria em utilizar armas nucleares, mesmo que fossem somente as táticas. Isso faz, portanto, com que as nações possuidoras da máxima força militar esforcem-se em não empregá-la.

Zbigniew Brzezinski analisa o problema e aproveita para responder a Marcuse, a propósito da indagação de que a ameaça de uma catástrofe atômica não servirá para proteger as forças que per

petuam esse perigo, fornecendo a seguinte explicação: "desde o aparecimento das armas nucleares, as relações entre as superpotências têm sido governadas por um código rudimentar de restrição, forjado pela experiência e pelo erro no curso de confrontações que vão desde a Coreia, Berlim e Cuba. É provável que, na falta destas armas, a guerra já tivesse há muito irrompido entre os Estados Unidos e a União Soviética. Seu poder destrutivo teve assim um efeito básico na extensão em que a força tem sido aplicada nas relações entre os Estados, obrigando a um grau de prudência sem precedentes no comportamento dos Estados mais fortes. Dentro do frágil arcabouço em que ocorre a transformação contemporânea de nossa realidade, as armas nucleares criaram assim um sistema inteiramente novo de dissuasão da confiança do poder esmagador". (13)

O fato é que, o desenvolvimento das armas nucleares (bomba atômica) e a formação de dois blocos de força (bipolaridade) foram fatores inibidores para o início de um conflito direto e uma guerra formal entre as duas potências do planeta. Em substituição a isso, Estados Unidos e União Soviética, líderes do atual sistema bipolar, utilizam-se da guerra fria como um confronto direto com ausência do estado de guerra, elegendo como teatro de operações, o chamado Terceiro Mundo. O estudo "CONFLICT IN THE TWENTIETH CENTURY" (14) de David Wood, elencou oitenta conflitos ocorridos de 1945 a 1967, com exceção de oito, todos os restantes envolveram dos dois lados países terceiro-mundistas.

1.2. BIPOLARIDADE

A bipolaridade, como divisão do poder político, é um dos sistemas mais antigos das relações internacionais, remontando desde os tempos de Esparta x Atenas e Roma x Cartago.

Na época, a tônica era uma preocupação com a segurança, através do aumento do poder mediante aliança com outros povos. Fazendo uma breve análise da história, depreende-se que essas alianças não eram permanentes (duravam pouco tempo) e leais (vez por outra um aliado tornava-se inimigo mortal). Esse tipo de aliança esteve no auge, durante, principalmente, o século XVIII. Exemplo

típico e que se encontra em todos os manuais de relações internacionais foi a aliança austro-britânica contra a França e a Prússia em 1740, que, depois de alguns anos, transformou-se em anglo-prussiana contra a França e a Áustria.

Mas foi a partir da II Guerra Mundial que o mundo passou a conhecer o sentido exato de bipolaridade, isto é, a divisão do planeta por dois tipos de sociedades políticas: Europa Oriental e Potências Ocidentais. Leste e Oeste, cada qual com a sua ideologia, sustentam os dois blocos de poder que se enfrentam na interpretação dos problemas planetários e ficaram conhecidos como os dois pólos do mundo em estado de reconstituição.

O sistema bipolar se caracteriza pela existência de dois centros de poder, que estão em posição superior sobre os demais países e que, com interesses e posições opostos, polarizam cada um deles, as forças e os interesses de grupos de nações cujos objetivos e propósitos mais se ajustam ao da nação líder e, para Nascimento e Silva, *"são comuns a eles ou tornado comuns pelo contingenciamento histórico a enfrentar ou por um condicionamento geográfico ou geopolítico, circunstâncias que, afinal, ainda predominam sobre possíveis divergências, gerando uma situação de dominação e aglutinação"*. (15)

Segundo Jacques Pirenne, *"os dois pólos essenciais ao redor dos quais se reconstituía o novo equilíbrio mundial são de um lado os Estados Unidos, que representam a civilização marítima e liberal e que afirma a sua primazia sobre todos os mares do mundo; do outro, a União Soviética, de civilização continental é autoritária, senhora de vasta planície eurasiática que se estende do Elba ao Oceano Pacífico"*. (16)

Muito embora Estados Unidos e União Soviética somente passassem a admirar o mundo a partir do final da última grande guerra, acontece que muito antes tais lideranças já eram esperadas. Não eram em pequeno número, aqueles que afirmavam que dois impérios nasceriam, de um lado a Rússia e de outro a América, cujo destino será dominar o mundo.

Melchior Grimm, em 1790, afirmava: *"Dois impérios divididos não entre si ... todas as vantagens de civilização, da força, do talento, das letras, das artes, das armas, e da indústria: a Rússia, do lado do Oriente, e a América que se tornou livre em nossos*

dias, pelo lado do Ocidente, e nós, povos do centro, seremos muito degradados, muito aviltados, para que saibamos o que fomos, no passado; a não ser por uma vaga e estúpida tradição". (17)

Da forma que se supunha o aparecimento de dois novos impérios, percebia-se, também, que tanto um quanto o outro tentariam dominar o velho mundo e renová-lo.

De outra parte, em 1835, Alexis de Tocqueville já acreditava na existência de duas novas potências: "*Hã na atualidade duas grandes nações no mundo, que partiram de pontos diferentes, mas que parecem tender para o mesmo fim. Refiro-me aos russos e aos norte-americanos. (...) Seus pontos de partida são diferentes e seus caminhos não são os mesmos; entretanto, cada uma delas parece destinada, pela vontade do céu, a governar os destinos do mundo*" (18).

Mas já na Conferência de YALTA, realizada de 4 a 11 de fevereiro de 1945, com a impossibilidade da Inglaterra manter seu império e seu poder de influência nas decisões mundiais, ficava acertada a divisão do mundo em dois pólos de poder através de uma linha de política exterior fortemente expansionista por parte dos Estados Unidos e da União Soviética.

Pois bem, em YALTA se encontra, concretamente, os lineamentos de um mundo bipolar, ao mesmo tempo em que se esboçava como fórmula preponderante o realismo político, a "real politik".

1.3. GUERRA FRIA

Com o mundo dividido em dois pólos de poder e liderados por duas potências ideologicamente antagônicas, nada mais natural que surjam divergências de idéias e interesses.

Ocorre, entretanto, que essa divergência entre Estados Unidos e União Soviética surgiu por volta de 1917, com a derrubada do governo czarista pelos comunistas. A partir daí, líderes dos dois lados manifestavam-se sobre o antagonismo russo-americano, deixando claramente que seus interesses estavam dirigidos além fronteiras, mais precisamente no Velho Mundo.

"Ou a revolução russa desencadeará um movimento revolu
cionário na Europa, ou as potências europeias esmagarão a revolu
ção russa" (19), declarava pelo lado dos russos o Senhor Trotski,
Comissário do Povo para Relações Exteriores.

Contam os comentaristas que não surgiu conflito na época pela posição que os dois países vieram a adotar: os americanos se fecharam no isolacionismo e a Rússia, que enfrentava lutas inter
nas, aceitou a Doutrina Monroe, pois acreditava que o perigo cap
italista fosse a Grã-Bretanha.

Assinala-se, todavia, que os conflitos que surgiram en
tre leste e oeste a partir de 1917 não foram somente de ordem ideo
lógica, mas deveram-se, também, a fatores geográficos, históricos ou culturais. Mas, não resta a menor sombra de dúvida, que a polí
tica adotada pela União Soviética, infiltrando a doutrina comu
nista na Europa Oriental, tenha acelerado o advento da guerra fria , após a Segunda Grande Guerra, quando as diferenças entre os dois países tornaram-se mais sérias.

Para John Stoessinger "(...) a expansão soviética não po
de ser explicada em termos de análises baseadas num só fator. Suas raízes devem ser procuradas numa síndrome de forças, entre as quais se incluem considerações ideológicas e econômicas, bem como fato
res de continuidade histórica e geográfica". (20)

Do lado norte-americano, além de seus políticos contrapo rem-se à ideologia comunista fora de sua base física - "não pode
mos reconhecer um governo que está determinado e consagrado a cons
pirar contra nossas instituições, nem manter relações oficiais com ele, nem receber amistosamente seus representantes" (21) - é cer
to que a expansão dos Estados Unidos deve ser considerada, também, como uma síndrome.

Apesar de que os soviéticos adotassem uma posição consi
derada "dura" pelos norte-americanos, a propósito da infiltração da doutrina comunista - "a revolução socialista deve eclodir na Europa, ela é iminente, inevitável" (22) - a resposta americana não é o único fator a explicar o conflito entre os dois povos , pois do lado dos Estados Unidos devem ser incluídos outros ingre
dientes, como o alargamento da concepção do interesse nacional ame
ricano, mudança de metas estratégicas e considerações de ordem eco
nômica.

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, em 1939, e consequente "grande aliança", uma vez que a ascensão do nacional-socialismo iria reaproximar a União Soviética e as democracias ocidentais, acreditava-se que os norte-americanos e os soviéticos voltassem a conviver na maior harmonia. Pensava-se que o encontro dos dois exércitos lutando numa mesma frente levariam as duas nações à solução de seus problemas, pois pressupunha-se que a coalizão se manteria depois do término da guerra e os motivos que os mantiveram afastados até então, haveriam de desaparecer junto aos escombros deixados pelo conflito.

Mas, ao contrário do que se supunha, à medida que as forças aliadas iam derrotando o inimigo, já eram notadas as divergências que existiriam entre os vencedores, após o fim da grande guerra.

Claude Delmas dá a seguinte explicação: "*Os Estados que estejam combatendo um inimigo comum numa luta da qual dependa sua existência, nela concentram suas energias e seus esforços. Eles têm um objetivo comum: vencer, e qualquer outra preocupação é secundária, ou deliberadamente abandonada. Porém, uma vez destruído o inimigo, o fator de coesão que ele representava desaparece, liberando as forças de dissociação. Estas reaparecem com uma força redobrada, pois a própria vitória cria problemas que se tornam causas de desacordo. Na medida em que trate de recolher os frutos dessa vitória, os Estados que a guerra tornou solidários tornam-se rivais, até mesmo adversários*". (23)

E foi justamente o que aconteceu entre norte-americanos e soviéticos, sendo que no momento em que a conferência de YALTA era encerrada, Stalin confirmava a lei geral da dissociação das alianças: "*Não é difícil permanecer unidos em tempo de guerra, pois existe um objetivo solidário, destruir o inimigo, e que é claro para todos. A tarefa difícil virá após a guerra, quando interesses diferentes dividirão os aliados*". (24)

Realmente, logo após a conferência de YALTA a deterioração das relações americano-soviéticas entrou numa constante. O foco desses conflitos era a busca pela conquista de espaços, isto é, o confronto para dividir os restos do que sobrou da guerra. E o principal ponto era o futuro dos países da Europa. Os russos passaram a estabelecer regimes dominados por eles mesmos na Europa

Oriental e os Estados Unidos não aceitando que o resultado de uma guerra iniciada para impedir a conquista do lado Ocidental do Velho Mundo pela Alemanha fosse o domínio da União Soviética.

Segundo Robert G. Wesson, "[...] O regime soviético, que tinha silenciado sua ideologia marxista durante a guerra pela sobrevivência, começou a reafirmá-la como um meio de controlar os seus domínios, e talvez de expandi-los ainda mais. Ambas as partes saíram da guerra num estado de ânimo irascível e perentório, e os Estados Unidos tinham idéias vagas de que a vitória devia ser traduzida para o triunfo geral dos ideais americanos de liberdade política e econômica". (25)

Considera-se, portanto, como início da "guerra fria" o término da Segunda Guerra Mundial, sendo que a expressão " guerra fria" foi empregada somente em 1947 por Bernard Baruch, durante um debate sobre a ajuda a ser concedida à Grécia e à Turquia, no quadro da doutrina Truman, que outorgava aos Estados Unidos o direito de intervirem, em qualquer parte do mundo, onde a liberdade estivesse ameaçada.

A guerra fria é de difícil conceituação, pois ela não é a paz, mas também não é a guerra na sua forma clássica. Sabe-se que existe um estado de beligerância, mas que, também, de não beligerância. A guerra fria seria então o hiato entre esses dois estados. Claude Delmas, define guerra fria "como um antagonismo fundamental de idéias e de interesses que não se aplica até o estado de beligerância clássica". (26)

Convém reafirmar que o pressuposto que deu início à guerra fria, é que a União Soviética, no pós-guerra, ameaçava tomar a Europa e submetê-la ao comunismo, sendo que os Estados Unidos, tentando manter o velho sistema colonial, só que agora dirigido por eles, pretendia reconstruir as nações da Europa Ocidental, ampliar sua esfera de influência e minimizar a influência dos sovié ticos que estavam obtendo através de apoio aos movimentos de libertação coloniais.

A União Soviética dando continuidade à sua política internacionalista, estabeleceu o controle sobre sete países da Euro pa Oriental: Albânia, Bulgária, Polônia, Alemanha Oriental, Iugos lávia e Romênia. Em fevereiro de 1948 a Tchecoslováquia foi acrescentada à lista dos países sob o domínio soviético. Antes porém,

em junho de 1947, era proposto pelo General Marshall, um plano de recuperação econômica dos países da Europa, por meio de auxílio americano. Este auxílio foi oferecido também à Europa Oriental e à União Soviética, mas Stalin recusou-se a receber. A intolerância de Stalin vem demonstrar ao mundo que as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética estavam completamente determinadas. Estes enteveros levaram alguns analistas a acreditar que as previsões de Saint-Beuve, em 1847, se concretizariam: "*(...) Qualquer dia, eles se chocarão, e veremos, então, lutas das quais o passado não nos pode dar qualquer idéia, pelo menos no que diz respeito à massa e do choque físico*". (27)

A síndrome de um choque entre as duas novas potências permanece até os dias atuais, inclusive, através da convivência com o terror nuclear.

A hostilidade permanecia e por volta de 1947 ocorriam as crises da Grécia e da Turquia. A possibilidade de uma mudança no domínio planetário, com a perda da Grécia e da Turquia para a União Soviética, transformando parte do Mediterrâneo e do Oriente Médio em esfera de influência comunista, os Estados Unidos apoiaram esses países que estavam sofrendo uma insurreição comunista e cujos regimes pró-ocidentais seriam substituídos por outros provavelmente controlados pelos soviéticos.

Para Wesson: "*(...) foi esse o verdadeiro começo da guerra fria, a qual iria dominar a política externa americana por toda uma geração*". (28)

O grande problema, na época, era saber se esse "status quo" iria permanecer por muito tempo e se a "guerra fria" não seria o substituto ou o prelúdio de uma nova guerra mundial.

Claro que não. As crises da Grécia e da Turquia não só deram início à "guerra fria" como também demonstraram, concretamente, e pela primeira vez, o que os Estados Unidos e a União Soviética seriam capazes para exercitarem suas políticas expansionistas. Desta feita, surgiu um ingrediente novo: a "guerra fria" foi instalar-se fora da esfera de influência dos dois países na Europa, isto é, alcançou o Oriente Médio.

Faz-se oportuno ressaltar, que duas concepções da ordem internacional se contrapunham: a concepção "universalista", defendida pelos Estados Unidos, segundo a qual todas as nações compar

tilham um interesse comum em todos os negócios do planeta, e a concepção de "esferas de influência", que o Kremlin se apegava, preocupado que estava com a proteção de suas fronteiras e porque desejava aumentar a área de influência em direção ao Oeste. Esta última concepção entendia que a cada grande potência será garantido, por todas as outras, um reconhecimento de predomínio em regiões de interesses particulares. Os Estados Unidos acreditavam que através da sua concepção "universalista", a segurança nacional seria garantida por uma organização com jurisdição internacional. Já os soviéticos raciocinavam no sentido de que somente mediante um equilíbrio de poderes é que se poderia manter essa segurança.

Sobreviveu a concepção defendida pelos soviéticos. Arturo Sist e Gregorio Iriarte explicam que este conceito "de esferas de influência" permaneceu porque "ao finalizar a década de 50, viu-se claramente que a URSS era muito mais forte do que se pensava. Gradativamente, os EUA foram adotando então uma posição muito mais realista. A nova análise da política internacional conduziu à conclusão de que as duas superpotências deveriam respeitar mutuamente suas esferas de influência respectivas. O novo conceito político foi por isso denominado "áreas de influência". (29)

A "guerra fria" atingiu o seu auge por volta de 1950, com a tentativa dos norte-coreanos de invadir a parte meridional de seu país. Os Estados Unidos que não tinham visto com bons olhos a passagem da China para o lado dos soviéticos, não iriam admitir agora a transferência de mais um país para a área de influência comunista. Isto, aliado ao fato de que os Estados Unidos tinham interesse estratégico nessa área, levou o governo a reagir imediatamente, ordenando que as tropas americanas entrassem em ação. A guerra da Coreia alastrou-se até 1953, após o que a morte de Stalin permitiu um abrandamento da posição comunista.

Depreende-se, portanto, que o conflito ideológico entre as duas potências, na busca de novos espaços estratégicos, limitasse à aplicação da "guerra fria", tendo como palco de operações países fora do eixo do velho mundo abandonados, tendo em vista a consagração da política de "áreas de influência". A "guerra fria" que se tinha iniciado no Mediterrâneo, com uma rápida passagem pelo Oriente Médio, atingia, agora, o continente asiático.

A Coreia do Sul, que os Estados Unidos haviam declarado

"fora do perímetro de defesa do mundo livre, " teve seu regime garantido pelas forças norte-americanas, tendo em vista interesses estratégicos.

Os Estados Unidos e a União Soviética, que saíram da Segunda Guerra Mundial envergando o manto das lideranças, se propuseram à missão de organizar segundo os seus moldes e de dirigir segundo suas concepções, tudo quanto praticamente possível, o sistema internacional. Como parte da estratégia de ocupar espaços, os norte-americanos e soviéticos construíram uma rede de bases militares em volta do mundo, mediante derrubada de governos e operações militares.

Harry Magdoff ilustra como uma operação típica "a derrubada do governo Mossadegh no Irã, em 1953, que nacionaliza a indústria petrolífera estrangeira. Analogamente, no ano seguinte, organizaram a derrubada militar do regime da Guatemala, que havia nacionalizado plantações de bananas americanas". (30) Ambas as operações ficaram por conta do governo dos Estados Unidos. Do término da segunda guerra, até 1959, as forças armadas americanas tomaram posições em nada menos de 42 países.

Mas, em fins da década de 50, a "guerra fria" começou a declinar, pois os Estados Unidos e a União Soviética tinham produzido seus artefatos de hidrogênio e a situação tornava-se perigosa. Por outro lado, até o final da década, ocorreram outras crises, como a do Canal do Suez, em 1956, e, já em 1959, era sufocada uma rebelião no Tibete, região que se emancipara em 1950. Data dessa época também a invasão da Hungria por forças militares soviéticas.

Contudo, já em 1960 a "guerra fria" era ressuscitada com a crise do U-2, avião americano abatido quando ingressava no espaço aéreo soviético. Logo em seguida, em 1961, era erguido o Muro de Berlim, face a emigração de alemães orientais para a Alemanha Ocidental, sendo que no início daquele ano 1/4 da população do lado Oriental havia se refugiado na parte Ocidental.

O recrudescimento das relações entre União Soviética e Estados Unidos voltou a acontecer quando Kruschey tentou ganhar um lance colocando em Cuba mísseis capazes de ameaçar o território norte-americano. Kennedy reage e manda bloquear parcialmente a ilha. O fato dos Estados Unidos serem superiores tanto em forças

convencionais no Caribe, como em armamento estratégico, fez com que os soviéticos recuassem, retirando os mísseis com algumas declarações ríspidas para salvar as aparências. E, mais uma vez, as duas grandes potências utilizam-se de outro país, como teatro de operações para servirem aos seus interesses estratégicos.

A Europa foi o campo decisivo de batalha da "guerra fria", mas os efeitos principais foram sentidos no Terceiro Mundo, nas mais diferentes ações das grandes potências, desde remessa de tropas para abortar um suposto perigo comunista, como ocorreu na República Dominicana, em abril de 1965, até o intervencionismo puro e simples no Vietnã, ditado pela defesa da liberdade. Apesar de que o Vietnã tenha demonstrado que o intervencionismo pode ter um custo militar um pouco alto (200 bilhões de dólares), além das divisões profundas na sociedade americana.

Outra crise que atingiu grandes proporções, desta feita no bloco soviético, foi na Tchecoslováquia, na chamada "Primavera de Praga". O governo Tcheco, aparentemente tranquilo dentro da área de influência comunista, passou a adotar posições liberais como suspensão da censura à imprensa, restauração dos direitos civis e uma revisão no modelo econômico do País. A União Soviética, que não estava disposta a reconhecer mais um país comunista independente, a exemplo da Iugoslávia e Romênia, na noite de 20 de agosto de 1968 executa o golpe e tropas do Pacto de Varsóvia ocupam a Tchecoslováquia.

Tais fatos, levam a concluir que passou a haver semelhança no comportamento e no emprego de métodos das duas potências, quando pressentiam a possibilidade de perda de uma nação que considerassem vital a seus interesses nacionais. A intervenção pela força das armas tornou-se a tônica: Vietnã, Hungria e Tchecoslováquia são alguns exemplos.

Ao contrário do que alguns observadores pensam, a perspectiva de um conflito atômico não diminuiu o estado de "guerra fria". Para Raymond Aron, *"A guerra fria se situa no ponto de convergência de duas séries históricas, uma que conduz ao aperfeiçoamento de bombas termonucleares e engenhos balísticos, à renovação incessante das armas cada vez mais destrutivas e de veículos portadores cada vez mais rápidos; e a outra, que acentua o elemento psicológico dos conflitos, em detrimento da violência física. O en*

contro dessas duas séries é facilmente percebido: quanto mais os instrumentos da força ultrapassam a escala humana, menos eles são utilizáveis. As enormes possibilidades da tecnologia devolvem a guerra à sua condição essencial de confronto entre vontades, seja porque a ameaça substitui a ação, seja porque a impotência recíproca dos grandes proíbe os conflitos diretos e, da mesma forma, amplia os espaços onde castigam, sem muitos riscos, para a humanidade, a violência clandestina ou dispersa". (31)

A suposta distensão entre o Leste e o Oeste, a substituição da "guerra fria" pela "coexistência pacífica" se trata apenas de semântica política, pois para os soviéticos a coexistência entre Estados cujos sistemas sociais são diferentes é uma forma de luta de classes entre o socialismo e o capitalismo. O que ocorreu, de concreto, foi a substituição de velhos slogans e de velhas polémicas por avaliações mais objetivas de caráter, das intenções e do poder de cada um. Isto é, passou a haver mais diálogo entre os dois governos.

Comentaristas ocidentais chegam a afirmar que a "guerra fria" terminou no decorrer dos anos 60, mas a invasão da Tchecoslováquia em 1968 e os recentes episódios do Afeganistão, Polônia, Nicarágua, Oriente Médio, África Portuguesa, dão a entender que tudo continua como se nada tivesse acontecido.

Brian Crozier, fundador do Instituto para o Estudo dos Conflitos, adverte que "(...) uma situação de não-guerra entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia, não significa que a União Soviética deixe de levar suas forças armadas a invadirem um país vizinho, sem esquecer as forças supletivas de Cuba e da Alemanha Oriental na África e no Oriente Médio, nem o apoio à ação dos grupos terroristas". (32)

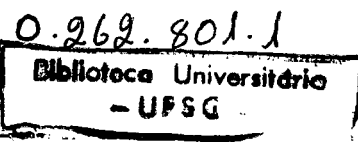
Mas a melhor explicação dada sobre esse estado de "guerra fria" encontra-se em Karl Deutsch, quando trata em sua obra *Análise das Relações Internacionais*, "a teoria dos jogos".

Para Deutsch a "guerra fria" pode ser fundamentada pela noção do "jogo de soma zero", isto é, num "jogo de soma zero", a soma de todos os ganhos e perda de todos os jogadores iguala-se a zero, de forma que qualquer ganho de determinado jogador corresponde sempre à perda de outro ou de outros jogadores (xadrez, pôquer).

"O mundo de jogos de soma zero entre dois jogadores é um mundo de conflito impiedoso e irreconciliável. Segundo os princípios desse modelo, nem os motivos dos jogadores, nem seus interesses podem mudar; precisam permanecer para sempre hostis. Mas até mesmo esse mundo é dominado pela racionalidade. Cada jogador pode calcular suas chances médias de perder ou ganhar, a longo prazo, numa sequência de lances repetidos do mesmo jogo". (33)

Nada mais correto, pois o ganho de determinada potência corresponde, sempre, à perda de outro ou de outros países. E, como diz Paulo Francis, "os efeitos principais da guerra fria foram sentidos no Terceiro Mundo". (34)

2. O TERCEIRO MUNDO



2.1. TEATRO DE OPERAÇÕES

Anos atrás o Instituto de Estudos Estratégicos de Londres fazia um alerta: o Terceiro Mundo será o campo de batalha do futuro. Mais recentemente, o General Alexander Haig dava sua opinião no sentido de que o eixo da disputa Leste - Oeste, entre Estados Unidos e União Soviética se transfere da Europa para os países sub-desenvolvidos exportadores de matérias primas.

Segundo o analista internacional Newton Carlos, para quem *"estamos todos na "guerra fria", somos todos peças do jogo hegemônico de dois superpoderes que evitam o confronto direto dado o potencial de destruição maciça de seus arsenais"* (35), as duas potências estão a se preparar militarmente para intervir em qualquer parte do Terceiro Mundo.

A imprensa estrangeira tem divulgado insistentemente que o Presidente Reagan não se fará de rogado na utilização da GLOBAL STRICKEFORCE. Por outro lado o New York Times, através de seus especialistas, tem afirmado que a União Soviética constrói barcos de guerra para operar no Terceiro Mundo.

A busca de espaço além fronteiras tem sido a tônica dos dois países desde o início da "guerra fria". Os Estados Unidos adotando aquele fervor evangelizador, marca registrada de sua política externa desde o final da segunda guerra mundial: fazer do Terceiro Mundo o seu quintal. E a União Soviética, preocupada com o expansionismo norte-americano, fazendo de tudo para ter a sua parte do bolo.

As incursões das duas potências nos países terceiro-mundistas colocaram em crise, por diversas vezes, a "détente". As últimas crises têm acontecido por iniciativa da União Soviética, seja pela a invasão do Afeganistão, há um ano atrás, ou pelas manobras de forças soviéticas na fronteira da Alemanha Oriental com a Polônia. Sendo que ao invadir o Afeganistão a União Soviética cometeu um erro de cálculo não só diplomático como, principalmente, militar, face a aproximação entre os dois países. Uma investida norte-americana naquela região, fornecendo armas aos guerrilheiros afegãos baseados no Paquistão, poderá trazer sérios prejuízos à União Soviética com algumas escaramuças em seu território e com

possibilidade de alastrar-se pela presença de uma expressiva quantidade de muçulmanos naquele país.

Outrossim, argumentam outros especialistas em relações internacionais, que a União Soviética sabia, de ante-mão, que os Estados Unidos não tomariam qualquer medida militar naquela área, porque tinha conhecimento da sua falta de ação no Oriente Médio, a propósito da Revolução Iraniana, e seriam incapazes de reagir.

Mas como admite Zbigniew Brzezinski, Assessor para Assuntos de Segurança do Governo Carter, *"as guerras do Terceiro Mundo parecem, pois, toleráveis enquanto sua escala internacional se contiver num nível que não pareça ameaçar grandes interesses"*. (36)

Realmente, a atitude da União Soviética em invadir o Afeganistão foi causada pela crise entre Irã e os Estados Unidos, onde se admitia a possibilidade de uma ação militar originária do Pentágono, visando desestabilizar o governo Khomeini mediante o emprego de tropas, resultando no controle do Golfo Pérsico. Depreende-se, portanto, que a posição tomada pelos estrategistas soviéticos foi mais por segurança do que, propriamente, por provocação aos norte-americanos.

Ora, sabe-se que atualmente, a região chave na geopolítica planetária é o mar de petróleo do Golfo Pérsico. Imaginável, pois, que Estados Unidos e União Soviética estejam com seus canhões apontados em direção ao Oriente Médio. O Presidente Carter informou que os Estados Unidos já têm estocados no Golfo Pérsico equipamentos para 12 mil marines, a tropa tradicional de intervenção dos norte-americanos e munição para 500 aviões. A frota de helicópteros para o transporte de tropas também será fortalecida com novos equipamentos de assalto.

A União Soviética, por outro lado, realizou manobras militares em todo o Afeganistão, eliminando a ofensiva guerrilheira de muçulmanos afegãos e isolando a fronteira com o Paquistão, rota pela qual os rebeldes estão recebendo ajuda. A presença soviética, hoje, em território afegão, é garantia para a permanência de Karmal à frente do governo e sustentação do regime pró-soviético, de importância capital no caso de um conflito no Golfo Pérsico. A intervenção Soviética no Afeganistão assegura o seu acesso direto à região do Golfo.

Sem sombra de dúvida que a União Soviética desenvolveu

uma estratégia para preservar e favorecer os seus interesses em todo o mundo. A União Soviética está preparada para intervir em qualquer país terceiro-mundista onde ferverem problemas para sua segurança, servindo-se de cubanos e alemães orientais para as suas investidas. Os soviéticos conseguiram um avanço no sudeste asiático, por meio do Vietnã; no sudoeste da Ásia, através do Afeganistão e no "chifre" da África para circundar a área do Golfo Pérsico.

À medida em que a União Soviética se expande em direção a outros continentes, surgem crises internas em países da Europa Oriental. A Polônia enfrenta, presentemente, um impasse entre governo e trabalhadores. A Europa Oriental é área de influência da União Soviética e zona de equilíbrio de poder em todo o velho continente. A perda da Polônia, além de caracterizar-se como perda de potência mundial a União Soviética, trará sérios riscos de segurança ao bloco comunista.

Para Stalin, "(...) ao longo de toda a sua história; a Polônia foi o corredor de que se utilizaram todos os agressores da Rússia". (37) Assim, o controle desse corredor é absolutamente necessário para a segurança do território soviético. Convém lembrar que a expressão "corredor polonês" tem um significado sinistro para a União Soviética. Em 1939 a Polônia negou-se a permitir que tropas soviéticas lhe cruzassem as fronteiras. Paulo Francis afirma que "a Polônia, vassala rebelde ou inimiga da URSS (...), através da História foi o caminho usado por Napoleão, Ludendorff (1 Guerra) e Hitler para invadir a URSS (ou Rússia)". (38)

Independentemente das sanções econômicas sofridas pela União Soviética do governo norte-americano, a expansão soviética no Oriente Médio será contida por um maior comprometimento dos Estados Unidos em outros países da região. A queda do Xá Reza Pahlevi não só significou para os Estados Unidos a perda de um aliado, como, também, facilitou o acesso da União Soviética à região, que se esforça para aumentar sua superioridade militar estratégica. Em vista disso, as decisões tomadas, a nível internacional naquela região, ficarão condicionadas à participação de um novo interlocutor.

Da análise desses fatos, constata-se que os Estados Unidos não têm mais o controle total do Golfo Pérsico, devendo conten

tar-se com um equilíbrio de influência com a União Soviética.

Uma vez atingido esse equilíbrio, as duas potências, começam a movimentar as peças do domínio geopolítico em direção à América Central, transformando-a em teatro de operações.

Nicarágua e El Salvador são exemplos de que os Estados Unidos e a União Soviética querem transformar a região do Caribe em campo de guerra fria.

Como os estrategistas norte-americanos consideram o Caribe o quintal dos Estados Unidos, em função de interesses vitais para o Ocidente, tem-se convicção de que "os homens de Reagan" chegarão às últimas consequências para manter os regimes dos países dessa região favoráveis a uma ação conjunta contra o "perigo" comunista. A América Central é "fronteira" dos Estados Unidos e tem sido considerada pelo governo norte-americano como sua "área de influência". A perda de Cuba já foi um golpe violento para as pretensões hegemônicas dos Estados Unidos na região. Portanto, o governo norte-americano não medirá esforços para que se evite qualquer alteração que possa afetar o equilíbrio de forças no plano mundial. Assim como a União Soviética não pode suportar alterações na Europa Oriental, os Estados Unidos procurarão evitar alterações na América Central e Caribe. Os norte-americanos consideram Cuba uma excrescência no jogo da guerra fria, pois tornar-se-á, sem dúvida, em cabeça de ponte da União Soviética nessas áreas em que os Estados Unidos não podem perder pontos como potência mundial.

Analistas políticos especulam que o destino de El Salvador, convivendo hoje com uma guerra civil, é jogado na distante Polônia.

Segundo a montagem estabelecida, os Estados Unidos se sentirão fortalecidos de até intervir militarmente em El Salvador , em defesa dos seus interesses, caso a União Soviética intervenha na Polônia.

A queda do governo de Somoza e a implantação do regime sandinista levou a Nicarágua a uma aproximação com Moscou, muito embora os Estados Unidos estejam fornecendo ajuda financeira à Junta do Governo.

Apesar dessa aproximação, chamada de "lições da Nicarágua" por Cyrus Vance, a estabilidade norte-americana não sofreu grandes arranhões. Mas a lição foi entendida, pois insurreições

pró-soviéticas, a exemplo de outros países, serão sufocadas pelos Estados Unidos mediante o emprego de forças militares.

O governo dos Estados Unidos já mandou um aviso para os sandinistas, caso insistam em ajudar os rebeldes salvadorenhos, condicionando a ajuda financeira à prestação de contas. Concomitantemente, alertou a União Soviética de que a ajuda militar comunista para desestabilizar regimes pró-ocidente e implantar repúblicas socialistas será considerada pela "diplomacia Reagan" como atos de terrorismo internacional. Este alerta é um "leve toque" do governo norte-americano sobre a situação que se encontra El Salvador.

E, para que não surjam novas "lições da Nicarágua", a Guatemala, país chave da América Central, será tratada como a Grécia, segundo fontes norte-americanas, ameaçada que foi por uma subversão comunista logo após a segunda grande guerra.

Os fatos levam todos a concluir que Estados Unidos e União Soviética estão em constante alerta e militarmente preparados para guerras em campos de batalha do Terceiro Mundo, onde o desenho de novas áreas de influência se fará, possivelmente, à força.

Na verdade, enquanto as duas potências brincam de guerra fria, os países do Terceiro Mundo sofrem as consequências desse ato: guerrilhas, terrorismo internacional, guerra civil e conflitos localizados. E, é claro, contando sempre com a ajuda e o estímulo de norte-americanos e soviéticos.

Karl Deutsch é objetivo: "*Em quase todas as guerras limitadas da nossa época, as grandes potências estão direta ou indiretamente envolvidas*". (39)

Além do aspecto estratégico, não se pode deixar de levar em consideração, também, o fator vendas de armas, que somente em 1980 alcançou a cifra de 25 bilhões de dólares. Mas se computados outros indicadores tais como peças de reposição, trabalhos de manutenção e treinamento de pessoal, o valor sobe para 75 bilhões de dólares.

O exemplo concreto desse grande negócio do século é a guerra Irã e Iraque. Ambas as nações possuem armas avançadíssimas, norte-americanas e soviéticas.

A União Soviética já está repassando 7 bilhões de dólares em armas para o Terceiro Mundo. Os Estados Unidos são os maio

res exportadores de armamentos com as vendas aos membros da OTAN e a países da Ásia, África e América-Latina.

Newton Carlos diz que "a agressividade dessas vendas se concentra no chamado "arco de crises", do Norte da África à Ásia do Sul e Sudoeste, passando pelo Oriente Médio e Golfo Pérsico". (40)

A bipolaridade, "a guerra fria" e o expansionismo das grandes potências continuam a se manifestar no Terceiro Mundo. Assim como surgiram as Duas Coreias, as Duas Alemanhas, as Duas Chinas, os Dois Vietnãs, verdadeiros teatros de operações das potências mundiais, brotarão outras entidades políticas em fase de reestruturação, como Irã, Nicarágua, El Salvador, etc.

Paulo Francis diz que após a Segunda Guerra Mundial, (...) os Estados Unidos estabeleceram 2.200 bases militares no exterior, fazendo uma política externa dominada em 50% pela mentalidade do Pentágono. Os outros 50% aparecem nas ditaduras de direita que se estenderam da Grécia à América-Latina, todas erigidas em nome do anti-comunismo, mas, em verdade, representando uma garantia policial-militar da expansão dos (chamados) investimentos americanos". (41)

Já J.J. Servan Schreiber, ao analisar a política soviética no Terceiro Mundo, diz que a "URSS explora as crises, alimenta-as; e sempre que se produz, em algum lugar, um vazio, ocupa-o". (42) Essa ocupação, em 1979, na África, correspondia a 12.000 conselheiros militares e 40.000 conselheiros civis, sendo que "75 % das vendas soviéticas em armamento se fazem no Terceiro Mundo". (43)

Assim, enquanto as grandes vedetes vão assentando-se nos territórios em crise, as peças do dominó voltam a ser movimentadas, à procura de novos campos de batalha no Terceiro Mundo, de preferência naqueles países que ocupem posição estratégica na geopolítica planetária.

Depois do Oriente Médio, a região chave para um futuro equilíbrio de forças é o Atlântico Sul, chamado pelas estratégias internacionais de "Golfo Pérsico dos Minerais".

2.2. UMA NOVA FRENTE

O desenvolvimento de armas nucleares sofisticadas tornou irrelevante o conceito de superioridade militar quando aplicado a Estados Unidos e União Soviética. As duas potências têm condições de destruir o mundo 66 vezes, face o número de ogivas nucleares que cada uma delas possui.

O que está em jogo, atualmente, é outro tipo de poder, através da superioridade estratégica, já que os constantes aumentos do poderio militar de Estados Unidos e União Soviética ultrapassaram o ponto de destruição garantida. No entanto, para os países que estão ingressando no Clube Atômico, o poder nuclear pode dar uma contribuição fundamental para o seu poder político. *Hans Morgenthau* (44) explica que no cálculo do poder, o elemento de valor não é apenas o poderio nuclear disponível, como a idéia que outros países têm do poder de uma determinada nação.

Assim, para os Estados Unidos e a União Soviética, que ultrapassaram em muito *10.000 ogivas nucleares* (45), o que define o conceito de superioridade, são áreas estratégicas que cada um deles dispõe em todo o planeta. Por isso as duas potências continuam a apostar cada vez mais alto para ver quem terá o maior número de países sob sua esfera de influência.

Após as investidas no Afeganistão e na América Central, Estados Unidos e União Soviética vão dirigir suas atenções para o Atlântico Sul, devido à sua importância estratégica nesse lado do hemisfério. Estrategistas dos dois países já deram início ao debate público. O General Andrew Goodpaster, militar de carreira, sem vinculação direta com o governo norte-americano, afirmava, à época de uma breve estada no Brasil, que, *"se tivéssemos uma situação mundial que a União Soviética não estivesse usando a força fora de suas fronteiras, contra seus próprios aliados na Europa Oriental, então estaríamos mais tranquilos com relação à segurança no Atlântico Sul. Entretanto, agora, a União Soviética mostrou que está preparada para usar a força além de suas fronteiras"*. (46)

O Atlântico Sul tem, pois, todos os ingredientes para tornar-se o próximo teatro de operações dos dois grandes, não só pela sua função estratégica entre os dois blocos, como pelas suas reservas de minerais não renováveis. Torna-se, portanto, difícil a situação de determinados países do Atlântico Sul, face a atual conjuntura da política mundial. Sabe-se que entre os dois blocos

existem acusações mútuas sobre um desequilíbrio de força de um lado e de outro. Este discurso de desequilíbrio de força é fundamental para que os Estados Unidos e a União Soviética aumentem seus orçamentos militares de defesa, obtendo com isso a melhoria e o desenvolvimento de armas convencionais para que sejam utilizadas nos conflitos do Terceiro Mundo.

Sob o ponto de vista de Galbraith, "nenhum outro problema de nossos dias tem sequer uma fração mínima de importância, nenhuma fonte de incerteza e, de longe, tão válida quanto a competição armamentista entre os Estados Unidos e a União Soviética".
(47)

As duas potências, através de suas inovações e aquisições, criam a necessidade e o incentivo para a outra fazer o mesmo ou mais, provocando para que cada qual trabalhe com a outra para garantir que a competição se autoperpetue. Essa técnica da resposta gradual de armamentos permite que norte-americanos e soviéticos aumentem seu poderio armamentista, alegando inferioridade de um para outro, alertem para os perigos que correm com países do Terceiro Mundo, e para que sejam facilitadas invasões tipos Vietnã e Afeganistão.

Nessa confrontação entre as duas potências - na forma de ver de Karl Deutsch, "cada uma tenta superar a outra, por determinada margem, em seus compromissos verbais ou materiais em cada estágio. Notas redigidas com moderação são seguidas por notas mais duras. Notas são seguidas por movimentos de navios, tropas ou aviões em lugares próximos ao teatro da disputa, e é possível que algumas forças sejam infiltradas ou abertamente desembarcadas".
(48)

Recentemente, revistas norte-americanas de circulação internacional, noticiaram que a União Soviética está construindo barcos de guerra para operar no Terceiro Mundo, sobretudo nos continentes asiáticos e africano. Segundo especialistas dessas revistas, a América-Latina seria alcançada com o deslocamento desses barcos para o Atlântico Sul. Tais afirmações têm, inclusive, alimentado a posição daqueles que são partidários em Washington do estabelecimento de uma aliança militar, estilo OTAN, no Atlântico Sul.

Notícias nesse tom são frequentemente divulgadas pela im

prensa norte-americana, com base num estudo que corre pelas diversas Comissões do Congresso dos Estados Unidos, que fala da iminente alteração do caráter da Marinha Soviética. Pelo estudo, os soviéticos estariam preparando-se para executar a diplomacia do canhão no Terceiro Mundo, especialmente no Índico e no Atlântico Sul.

Os Estados Unidos que já estão a reconhecer a sua vulnerabilidade nos países periféricos do Terceiro Mundo, em face de que o número dos países instáveis tem crescido, preparam-se para colocar em condições de operar a "força de rápida intervenção", capaz de intervir em qualquer parte do planeta.

A intervenção soviética no Afeganistão, a perda dos países da África de expressão portuguesa e as insurreições na América Central demonstraram que o equilíbrio mundial de poder corre o risco de oscilar a favor do bloco do leste. Tal situação foi agravada, principalmente, pela política adotada por Carter e o crescimento da capacidade soviética de estender seu poder fora da sua esfera influência.

Ocorre, entretanto, que o atual governo dos Estados Unidos está de posse desses dados que, fatalmente, passarão a merecer, cada vez mais, a atenção dos estrategistas norte-americanos.

Desta forma, passar-se-á a ver novas intervenções militares nos países do Terceiro Mundo, sobretudo no campo de batalha eleito por Estados Unidos e União Soviética: o Atlântico Sul.

2.3. O GRITO TERCEIRO MUNDISTA

Os últimos acontecimentos fazem com que se conclua pela vulnerabilidade dos países do Terceiro Mundo frente ao poderio das grandes potências e aos avanços neo-colonialistas dos Estados Unidos e da União Soviética.

O malogro da guerra do Vietnã, que abalou em todos os aspectos a política externa norte-americana, não enfraqueceu, contudo, a crença dos Estados Unidos que cabe a eles a tutela do mundo.

O desafio dos países terceiro-mundistas não está exclusivamente nas ameaças externas, mas também na capacidade interna de reagir àquelas ameaças, além dos esforços que devem ser feitos pa

ra controlar os seus problemas caseiros, que limitam suas condições para adotarem uma política independente e se fazerem respeitados na ordem internacional.

Esses países com um desenfreado crescimento demográfico, necessitando alimentar 2,5 bilhões de pessoas, tendo que suportar algo em torno de 40 bilhões daqui a cem anos, se continuar a duplicar a cada quarto de século, além da barreira malthusiana da fome e da doença, estão sujeitos, ainda, às investidas frequentes de soviéticos e norte-americanos na escalada do poder além fronteiras.

Essas exigências devem levar os países que compõe o Terceiro Mundo à conclusão de que, somente um regime forte, e, possivelmente, revolucionário, seja capaz de assumir a difícil tarefa de reorganização interna para assegurar a sua autodeterminação. Esse regime, formado de um governo com liderança indiscutível, uma estrutura política bem organizada, uma tecnologia desenvolvida, e uma ausência de inibições com respeito ao exercício do poder, teria condições de barganhar um novo enfoque nas relações internacionais.

Para o Prof. Leôncio Martins Rodrigues, para que um país atinja a sua autodeterminação, é necessária *"uma consolidação econômica ou, mais concretamente, a formação de uma ciência e de uma tecnologia nacionais, capazes de dar base material ao projeto autônomo"*. (49)

Por outro lado, esse caráter autônomo de que fala o Prof. Rodrigues, pode ser alcançado pelo conhecimento final da tecnologia do átomo e seu desenvolvimento, principalmente se o país detentor tiver uma grande reserva de matéria prima indispensável para alimentar as usinas nucleares. Por isso a vontade de alguns países terceiro-mundistas em querer nuclearizar-se. Esse interesse pela energia nuclear, por parte dos países do Terceiro Mundo, tem assustado as grandes potências, de tal forma, que são empregados todos os meios para sustar a transferência de tecnologia nuclear para as nações que desejam entrar para o fechadíssimo clube atômico.

A "intelligentsia" norte-americana está preocupada com o apetite do Terceiro Mundo em entrar na era atômica, por existir uma certa dúvida sobre até que ponto esses países estariam tentados a usar a tecnologia nuclear para produzirem seus explosivos. *"Eu presumo - escreveu Heilbroner, que eles poderão ser usados co*

mo instrumento de chantagem para coagir o mundo desenvolvido a concordar com uma maciça transferência de riqueza para o mundo assolado pela pobreza". (50)

O terrorismo nuclear não é alternativa desejada pelas nações pobres para remediarem seu problema, e não será a mais eficaz para diminuir o perigo dos conflitos localizados, promovidos pelas grandes potências em território de outros países.

Realmente, o mundo está passando por uma época de tensões internacionais que podem chegar a níveis perigosos, mas com a existência de um número cada vez maior de países detentores de armas atômicas, as guerras serão evitadas pela ameaça de um desastre total.

Uma das maiores preocupações da humanidade, hoje em dia, é tornar o mundo livre do risco da destruição nuclear, estando totalmente fora da realidade a hipótese de uma chantagem internacional por parte dos países pobres para, com a utilização do átomo, obter transferência de riqueza dos países desenvolvidos ou, caso contrário, deflagrar uma guerra atômica. Talvez até haja uma chance remota de um conflito nuclear entre norte e sul, não por chantagem, mas pela existência de um mundo cada dia mais injusto.

Os países terceiro-mundistas não desejam uma transferência de riqueza com o emprego da força, mais do que isso, eles desejam uma igualdade de oportunidade, a fim de tornar o mundo mais justo. E seria, realmente, perverso atingir a justiça sob os escombros de um holocausto nuclear.

"Estamos convencidos - concluem Robert Gibrat e Tetsuo Noguchi, de que crescimento não é uma coisa que pode ser comprada com dinheiro ou cuja transferência forçada por meios políticos". (51) Não existe, portanto, possibilidade, como insinua Heilbroner, de que "as nações pobres nada têm a perder e por isso apontarão suas pistolas nucleares para as cabeças dos passageiros dos carros pullman, que tudo têm a perder". (52) Engana-se o Senhor Heilbroner. Os países do Terceiro Mundo não só não desejam o conflito nuclear como têm muito a perder, principalmente a sua soberania cujos cidadãos dessas nações são afetados pelos efeitos externos de decisões tomadas pelas grandes potências, de cujo processo decisório eles não participam. O poder de decisão sobre a vida de indivíduos e coletividades inteiras está nas mãos de uns poucos privilegiados, in

vestidos de enorme poder político, tornando-se os principais protagonistas e agentes do sistema de relações internacionais. Talvez aí esteja inserido "o muito a perder" que têm as grandes potências com a possibilidade dos países do Terceiro Mundo produzirem seus artefatos nucleares, pois na ordem planetária passariam a existir outros protagonistas relativamente autônomos.

A prova está no número cada vez maior dos países que possuem a tecnologia atômica e que tende a crescer nos próximos 10 anos, independentemente da revisão do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

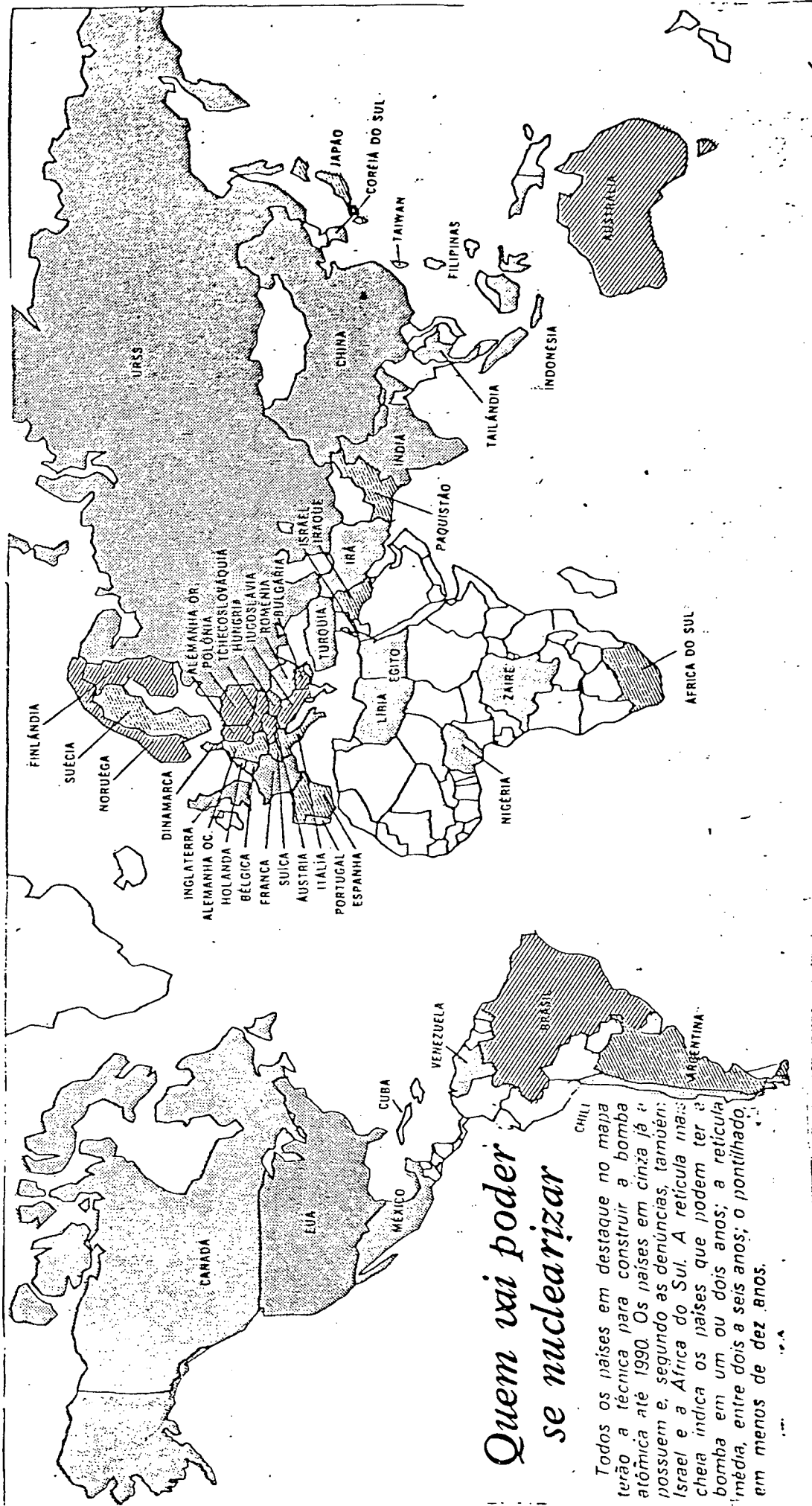
A proliferação horizontal (vide mapa) que se está observando ocorre, principal e predominantemente, em países do Terceiro Mundo. A quantidade de países terceiro-mundistas que terá a bomba crescerá tanto que superará a proliferação vertical, ao encargo das duas potências: Estados Unidos e União Soviética.

O Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), já referido, que teve como promotor os Estados Unidos, desde sua assinatura em 1968, e contou com a aprovação dos demais países, constitui-se, talvez, no tratado mais discriminatório até hoje assinado. Os países que já haviam produzido seus artefatos atômicos decidiram, arbitrariamente, que caberia a eles a tutela do mundo e, portanto, negando a qualquer outra nação, o domínio do armamento nuclear.

Segundo as cláusulas do Tratado, por sinal desiguais, os países não-nuclearizados se comprometem a não construir a bomba, colocando-se inteiramente sob a jurisdição da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), enquanto Estados Unidos e União Soviética prometem reduzir seus armamentos atômicos.

Mas, salienta Flávio Dieguez, articulista do *Jornal Movimento*, "os EUA receberam uma recusa pronta de uma série de países que não viram interesse em se privar da tecnologia nuclear, de um modo geral, e dos países produtores (inclusive dos que assinaram o Tratado, como a Alemanha e o Japão), que não queriam se privar do mercado". (53)

Argentina e Brasil, países do Terceiro Mundo, negaram-se a assinar o Tratado e sofreram duras críticas das duas potências. Mas não foi o suficiente para que países como o Brasil e Argentina deixassem de levar a cabo os seus programas.



FONTE: Flávio Dieguez. Jornal Movimento, 25/31 de Agosto de 1980.

Todayia, com as constantes interyenções de Estados Uni dos e União Soviética em países de interesses vitais para os dois blocos, provocou uma corrida à nuclearização do Terceiro Mundo , em vista da tensão mundial, causada pela disputa das duas potên cias por áreas estratégicas e mercados. O imperialismo dominante, tanto de um como de outro, gerou uma insegurança de proporções tão profundas nos países terceiro-mundistas, que a única forma de con ter esse avanço foi através do domínio pleno da tecnologia atômi ca.

Da mesma forma, os países em conflito, seja de ordem di plomática ou militar, cujos litígios são, na maioria das vezes , provocados por interesses das próprias potências, buscam no átomo o ingrediente fundamental para se tornarem sub-potências regionais. Em consequência surge uma disputa por uma liderança regional: Bra sil e Argentina disputam a liderança na América do Sul; a África do Sul quer construir a bomba atômica para se impor aos negros dos países vizinhos; Israel aos Árabes; Índia ao Paquistão.

Assim, Estados Unidos e União Soviética estão colhendo os frutos de uma política externa cujos objetivos foram: impor uma ideologia; manter e garantir regimes espúrios; formar mercado ; criar aliados; sugar recursos naturais em nome da defesa econômi ca; e etc. Em troca estão recebendo a bomba.

O Brasil, país terceiro-mundista e não assinante do Tra tado de Não Proliferação de Armas Nucleares, foi em busca da tec nologia atômica e está desenvolvendo o seu programa nuclear. País candidato a potência, o Brasil tem uma função estratégica no Atlân tico Sul, sendo um dos atores chaves na geopolítica planetária.

3. A GEOPOLÍTICA E A REALIDADE BRASILEIRA

3.1. CONCEITOS BÁSICOS SOBRE GEOPOLÍTICA

O tópico que se inicia não tem o objetivo de levar ao debate a geopolítica como ciência, pois iria além dos propósitos pelos quais se está incluindo nessa monografia. A intenção manifesta é a de fornecer alguns conceitos básicos sobre geopolítica, buscando com isso fortalecer o entendimento do papel que representa essa ciência na história dos povos e que irá, fundamentalmente, contribuir para o futuro do Brasil e da humanidade, uma vez que, em qualquer projeto político, haverá dados geopolíticos.

Muito embora seus postulados já tenham sido tratados antes do seu surgimento, a geopolítica, com o atual conceito científico, somente apareceu no último quartel do século XIX. O precursor da teoria política foi o americano Mahan (54) com a concepção "destino manifesto", que fundamentou e ainda fundamenta, só que com outra roupagem a política externa dos Estados Unidos.

Cumprido esclarecer que apesar do aparecimento em cena do General Haushofer e seus adeptos (55), a geopolítica não é necessariamente uma ciência atrelada a uma ideologia. O Padre Joseph Comblin, no seu estudo "A Ideologia da Segurança Nacional - O Poder Militar na América-Latina" comenta que a geopolítica "Pode servir tanto à causa dos nacionalistas de esquerda quanto aos da direita. Pode-se também estudar geopolítica de maneira desinteressada, sem nenhum projeto político". (56)

Mas, na realidade, quem criou a palavra geopolítica (geoterra e política = arte de governar) foi o professor e pensador sueco Kjellen em seu livro "L'Etat comme forme de vie", em 1916.

Rodolfo Kjellen, segundo Meira Mattos (57), criou a palavra geopolítica com o objetivo de dar uma marca política, e não mais predominantemente geográfica, aos estudos das relações entre territórios e os habitantes no âmbito dos Estados.

Citado também por todos os autores que tratam sobre geopolítica como um dos seus principais precursores, foi o professor de geografia de Munique, Frédéric Ratzel, que divulgou uma concepção biológica do Estado. Para Ratzel, o Estado é um organismo que necessita de espaço e expansão como qualquer ser biológico. A partir daí foi ressuscitada a expressão "espaço vital" de H.G. Von

Treitschke, o autor da famosa frase: "A guerra é o único remédio para as nações doentes".

Podemos buscar também nos escritos do grande pensador francês Montesquieu, mais expressamente no seu clássico "De L' Esprit des Lois" alguns conceitos que podem ser considerados como geopolíticos: "Os mares aproximam, as cadeias de montanhas afastam. Se uma república é pequena, vive ameaçada de destruição por um poder estrangeiro; se é grande, vive ameaçada de desagregação por condições internas" (58)

Há inúmeras conceituações de geopolítica. No entender de Eliézer R. de Oliveira - jovem cientista brasileiro - autor da obra "As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964 - 1969)": "A geopolítica fundamenta-se nos princípios de espaço político e posição geográfica para a definição da política de segurança nacional". (59) Já para o Instituto de Geopolítica de Munique: "A geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política, que é a ciência do organismo político no espaço e, ao mesmo tempo, de sua estrutura. Ademais, a geopolítica proporciona os instrumentos para a ação política e diretrizes para a vida política em conjunto". (60)

Golbery do Couto e Silva, o mais festejado geopolítico brasileiro, dá sua definição distinguindo as seguintes características básicas: o espaço político, a posição física, a segurança interna e externa, e as vantagens positivas da terra. Segundo o citado autor, a geopolítica trata-se de: uma arte que se filia à Política e, em particular, à Estratégia ou Política de Segurança Nacional, buscando orientá-las à luz da geografia dos espaços politicamente organizados e diferenciados pelo homem. Continua o General Golbery: "A geopolítica adota sempre um ponto de vista único e privativo - o do espaço físico, que este deve ser o elemento, não exclusivo por certo, mas sim dominante de paisagem que ela procura interpretar, com a finalidade prática de a discernir a margem de possibilidades a aproveitar na construção de maior grandeza, do progresso crescente e da segurança interna e externa do Estado, beneficiando-se das vantagens positivas que a terra oferece e neutralizando, na medida do possível, os aspectos negativos que ela apresenta em sua imparcialidade incombível". (61)

Com o adyento da geopolítica, formaram-se logo duas escolas: a primeira, chamada determinista (Ratzel) que defendia a tese de que a geografia determina o destino dos povos; a segunda, possibilista (Vidal de la Blache) baseava-se na idéia de que a geografia possibilita soluções favoráveis ao destino dos povos.

O *General Golbery do Couto e Silva* (62) analisa essa diversidade, além da diversidade de propósito como de fundo doutrinário, mas, principalmente, uma oposição entre duas irreconciliáveis filosofias da vida.

Mas a melhor análise fica, ainda, com Griffith Taylor que conciliatoriamente adotou a expressão "Stop and go", uma espécie de possibilismo pragmático.

No Brasil, a geopolítica começou a ser formulada desde a década de 30 por Mário Travassos e Everardo Backauser. Travassos, através do seu livro "Projeção Continental" lançou os primeiros fundamentos teóricos da geopolítica brasileira. Nesta obra, o autor traçou os rumos de uma política nacional destinada a levar o Brasil à posição de maior potência sul-americana. Backauser, professor do Colégio Pedro II e autor de vários livros é considerado o precursor da geopolítica no Brasil com critério científico, começando a produzir seus textos nos anos 20 e fazendo-os publicar em revistas especializadas e colunas de jornais.

O professor Backauser publicou a excelente obra "Geopolítica Geral e do Brasil" que trata, principalmente, da revisão e reformulação da política de fronteiras do País. Os seus estudos foram fundamentais para a criação dos territórios federais do Amapá, Roraima, Rondônia e Fernando Noronha, com base na idéia de que a política de fronteira não deve ser regional mas federal.

Da década de 50 em diante surgiram novos autores de obras sobre geopolítica como Delgado de Carvalho, Golbery do Couto e Silva, Terezinha de Castro e Meira Mattos.

Dos citados, Golbery é o mais lembrado. Não só pela publicação do seu livro "Geopolítica do Brasil", mas também por ser dele toda a estratégia política do governo brasileiro desde os anos Geisel.

Para Golbery do Couto e Silva, são as seguintes as características dominantes da geopolítica brasileira:

- integração e valorização do espaço;
- expansão para o interior e projeção para o exterior;
- contenção das linhas fronteiriças;
- participação na defesa do Ocidente;
- colaboração continental;
- colaboração com o mundo sub-desenvolvido;
- segurança nacional.

Já *Joseph Comblin* (63) resume a geopolítica brasileira em três objetivos: a ocupação de um território imenso e praticamente vazio e a expansão da América do Sul em direção ao Pacífico e ao Atlântico Sul - que encontram sua mais completa expressão nas obras de Golbery do Couto e Silva; e a formação de uma potência mundial - postulado do Governo Médici, tendo como porta-voz Meira Mattos.

O pensamento geopolítico brasileiro começou a sistematizar-se a partir de 1949 com a criação da Escola Superior de Guerra. A Escola no desenvolvimento da sua Doutrina de Segurança Nacional incorporou diversos valores geopolíticos, sob influência direta da experiência da congênere norte-americana "National War College". E, a partir desse instante, a geopolítica brasileira atrela-se a uma nova ideologia colocada em prática com a revolução de 1964: a Doutrina da Segurança Nacional.

3.2. A POSIÇÃO E O ESPAÇO BRASILEIRO

O Brasil situa-se na América do Sul. É o quinto maior País do mundo. Faz fronteira com todos os países sul-americanos, exceto com o Chile e o Equador. Limita-se ao norte com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela e Colômbia; a oeste com Peru, Bolívia e Paraguai; ao sul com Argentina e Uruguai; ao leste com o Oceano Atlântico, por uma extensão de mais de 7.400 km.

Segundo os critérios de Koeppen, o clima do Brasil é dividido em três regiões: primeiro, regiões de climas quentes e úmi

dos, representadas pela maior parte do território brasileiro, com exceção das regiões semi-áridas no Nordeste e das áreas planaltinas do Sul. Apresentam pequenas variações térmicas mensais não superiores a 18°C. Os índices pluviométricos, em escala mundial, são elevados, mas seus totais variam muito. Segundo, região de clima semi-árido quente, representada pela região do Nordeste brasileiro, que vai da Bahia ao Rio Grande do Norte, com chuvas escassas, inferiores a 700 mm a mais, e temperaturas elevadas. Apresenta estações chuvosas curtas e variáveis. Terceiro, regiões com climas mesotérmicos - abrangem a quase totalidade da região Sul e os setores mais elevados do Brasil do Sudeste e Centro-Oeste. São definidas pela presença, nos meses mais frios, de métodos inferiores a 18°C e chuvas regulares.

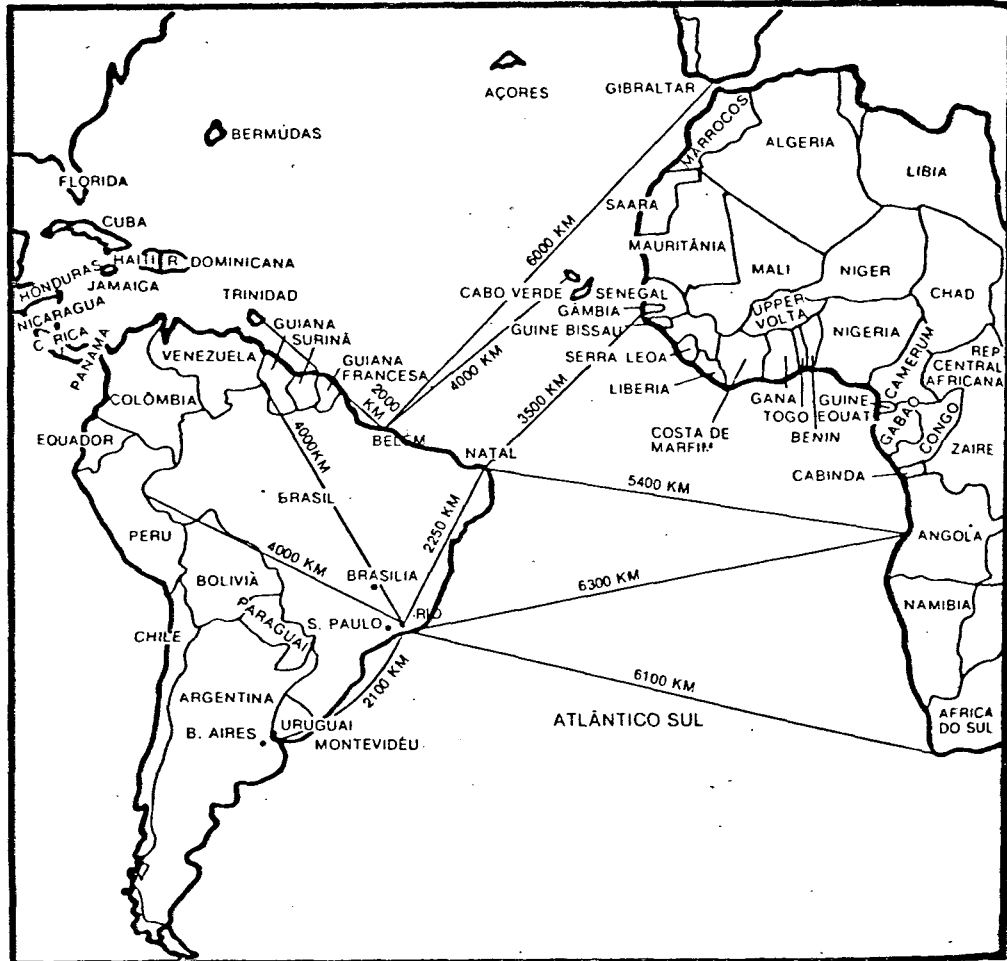
Sem sombra de dúvida a maior massa territorial do Brasil encontra-se na zona tropical, enquanto apenas 8% da mesma desfrutam das vantagens da zona temperada. Muito embora a geodésia brasileira esteja inferiorizada no tocante ao clima, por outro lado está compensada pelo imenso planalto que se estende para o interior do País.

Golbery do Couto e Silva assinala que *"se nos desfavorece a posição astronômica - 90% da área total brasileira situada entre o equador e os trópicos (...), tais desvantagens, sob o ponto de vista climático, vêm a ser em parte compensadas pela altitude relativa do planalto e pela influência marítima que se faz sentir terras adentro"*. (64)

Reforça favoravelmente a situação geográfica brasileira o fato de que a costa nordestina domina o estrangulamento Natal - Dacar. Assinala-se, ademais, sobre a importância desse domínio, o aspecto de que a possante nação norte-americana está perdendo o seu espaço político no Mar das Antilhas, que, tempos atrás, era um grande lago dos Estados Unidos, valorizando o tráfego costeiro no Atlântico Sul.

Depreende-se, portanto, que a realidade brasileira não é mais aquela da África distante, pois *"diante do saliente nordestino, está o estreito Atlântico, vis à vis ao saliente senegalês, estendendo-se a rota Natal - Dacar em apenas 3.500 Km, menor do que a distância em linha reta do Rio a Cruzeiro do Sul no Acre, ou a Boa Vista, no território de Roraima"* (65), enfatiza Meira Mattos.

A PROJEÇÃO DA COSTA ATLÂNTICA
BRASILEIRA



Fonte: Meira Mattos. A Geopolítica e as Projeções do Poder, 1977.

3.3. O BRASIL GEOISTÓRICO

Grande parte dos analistas internacionais citam como condição básica para o exercício do poder em escala mundial, além dos atributos já conhecidos, e aqui analisados, a homogeneidade racial, principalmente. Afirmam, inclusive, que a vulnerabilidade da União Soviética está no seu gigantismo heterogêneo, que domina raças de

cultura, religião e costumes absolutamente diferentes. Alguns chegam a afirmar que o fim da União Soviética será igual aos dos países colonialistas do século XIX, e pelas mesmas causas fundamentais.

Estudiosos em política soviética têm salientado que já existem movimentos com características nacionalistas visando à diminuição dos laços de dependência ideológica, religiosa, política e até mesmo econômico, só controláveis pela força militar e pela pressão econômica, facilitadas pela inexistência de apoio externo a essas rebeliões.

Os Estados Unidos não ficam atrás, pois voltaram a ocorrer violentos choques entre negros e brancos. Afigura-se, sobretudo, que não será possível ao anglo-saxão manter-se majoritário, ante a minoria negra que está se reproduzindo com muita rapidez na sua base ecumênica.

Ora, as duas grandes potências que exercem liderança sobre os blocos ocidental e oriental já estão convivendo com problemas de homogeneidade racial, os quais o Brasil está livre uma vez que *"O caldeamento das correntes migratórias, que constituem a população atual, dotou o país de elementos que, com a progressiva predominância de etnias caucásicas, se tornam, sem discriminação, uma nação homogênea, unida pela língua e pelas tradições, evitando, na colonização, a função de quistos"*. (66)

É, ainda, Delgado de Carvalho que melhor caracteriza as feições geostóricas do Brasil, além da sua homogeneidade. A maritimidade do País, por exemplo, que em função disso o Brasil sempre *"manteve comunicações diretas com os países da civilização ocidental durante a sua formação e, atualmente, determina a sua política internacional"*. (67)

Paulo Irineu Roxo Freitas, somente prevê o alargamento da presença internacional do Brasil, através do poder e mediante uma preocupação com a maritimidade geoestratégica do País. A posição centro-periférica do território brasileiro, segundo Delgado de Carvalho, *"é outra feição do Brasil geostórico, pois dispõe de vastas áreas internas de terras a valorizar por meio de uma população em crescimento, além do contato que mantêm com o exterior por meio de numerosos portos regionais"*. (68) E, não resta dúvida, que será pelo mar que continuará sempre a chegar e a sair quase

tudo que o Brasil importará ou exportará. Ressalte-se, inclusive, na oportunidade, que o desenvolvimento brasileiro vai tornando-se a cada dia que passa mais independente, em razão da importância econômica maior que vão adquirindo seus mercados internos.

O Brasil é um país que tem continuidade territorial, ao contrário de algumas potências com colônias exteriores que comprometem suas forças vivas. O Estado Brasileiro, com a sua extensão territorial e seu espaço ativo, jamais necessitará adotar uma política expansionista e colonialista, pois dentro das suas próprias fronteiras necessitará possuir uma política de expansão e colonização. "A exemplo da Rússia o Brasil poderá ser seu próprio colonizador". (69)

Finalmente, há que se considerar como feição sob o ponto de vista geográfico do Brasil, a história das relações internacionais do País, baseada principalmente nos Tratados firmados e a diversidade regional que apresenta a nação brasileira.

3.4. PRESENÇA ESTRATÉGICA

Dentro de uma visão planetária, o Brasil, em face da sua posição geográfica, está vinculado estrategicamente a duas áreas: o Continente Americano e o Atlântico Sul.

Já anotou-se anteriormente o grande espaço territorial que o Brasil ocupa no continente sul-americano e, também, da saliência topográfica que lança sua vertente em direção à massa afro-euro-asiática, transformando-o, sob o ponto de vista da estratégia mundial, no espaço vital para a realização de planos políticos e militares.

Meira Mattos (70), analisando a posição do território brasileiro e sua extensão, acredita que o Brasil é de capital importância para a segurança do Ocidente, seja na defesa do Continente Americano ou na garantia da Segurança Atlântica. Essa vinculação do Brasil com o Ocidente, esses laços de amizade que visam, inclusive, à defesa da massa ocidental sob a liderança dos Estados Unidos, estão contidos nos escritos de quase totalidade dos pensadores militares ligados à Escola Superior de Guerra. Para Elié

zer Rizzo de Oliveira: "A questão assume formas variadas, ora enfatizando-se os aspectos econômicos, ora os político-ideológicos daquela ligação. A participação política do Brasil no Ocidente é realçada tanto no contexto da guerra fria, que tornava provável uma guerra total, quanto após a internalização do conceito de segurança nacional (...) uma possível participação do Brasil se daria sob a liderança e por uma solidariedade (de fundamentos históricos-geográficos, culturais, político e ideológicos) com os Estados Unidos". (71)

Esses pensadores acreditam numa constante ameaça do mundo ocidental pela possibilidade de uma terceira guerra mundial com os países do bloco comunista e pelo fato do Ocidente ser débil e vulnerável à penetração da ideologia marxista.

Mas, a grande verdade é que, por força da sua posição geográfica, o Brasil ocupa uma função estratégica na costa atlântica. Na forma de ver do General Meira Mattos: "parece difícil, em caso de conflito de dimensões mundiais, separar-se a estratégia do Atlântico Sul de uma estratégia geral para este oceano". (72)

Muito embora seja remota a ocorrência de uma terceira guerra mundial, o Brasil teria que enfrentá-la, principalmente, pela posição estratégica que ocupa dentro da geopolítica planetária. A situação geográfica, em direção à massa afro-euro-asiática, faz dele, um dos pólos geo-estratégicos do globo.

Há que se considerar ainda que é justamente entre a costa atlântica e a africana que passam as principais linhas do tráfego marítimo essenciais à segurança brasileira. Uma vez ocupada a vertente atlântica da África, por uma potência com intenções intervencionistas ou expansionistas, o grau de ameaça que envolverá o território brasileiro será permanente e dramático.

Não há necessidade de ser um gênio militar para entender que qualquer estratégia de conquista do continente sul-americano seria através da ocupação de bases na vertente atlântica da África. Da mesma forma, para uma ação inversa, o território brasileiro seria a base ideal para poder alcançar o Continente Africano, pois é o bojo brasileiro que mais se aproxima da África. João Pessoa, Natal, Recife e Fernando Noronha seriam os espaços vitais para a instalação de bases, a exemplo do que ocorreu na Segunda Guerra

Mundial, quando os norte-americanos construíram pistas de pouso que serviram para o transporte de tropas, armamentos e material bélico para a África e, por essa via, para as forças aliadas operando no Oriente, incluída a Rússia. Observa Meira Mattos que essa via de acesso estratégico, "no jogo combinado de uma guerra convencional moderna, onde se exclui o uso de armas nucleares táticas, o que parece mais provável é assistirmos ao ressurgimento da importância dessa via que já foi chamada de ponte estratégica". (73)

3.5. O BRASIL E OS DOIS BLOCOS

A existência de armas nucleares tornou inviável uma guerra mundial. A observação dos últimos acontecimentos políticos tem demonstrado que tanto a União Soviética como os Estados Unidos não estão interessados em um conflito nuclear entre os dois blocos, muito embora pareça que os soviéticos têm armas mais avançadas do que os ocidentais, e Brejnev poderia desencadear a guerra atômica como num lance de poder.

Acontece, entretanto, que Estados Unidos e União Soviética se desenvolveram tanto militarmente que tornaram as suas capacidades destrutivas tão poderosas e rápidas que, sob o ponto de vista racional, a guerra total não se pode mais produzir, pois equivaleria a um duplo suicídio. Diz a esse respeito J.B. Duroselle em *Histoire Le Monde Contemporain*: "Os conflitos ideológicos tomaram uma importância que nunca tiveram antes de 1914. A estrutura do mundo é encarada de modo contraditório pelos ocidentais e pelos comunistas. Daí resulta um mundo angustiado, no qual a paz só é mantida pelo equilíbrio do terror nuclear, o que não deixa de ser frágil". (74)

Em consequência desse terror nuclear é que têm havido os alinhamentos automáticos das potências menores com as superpotências. É evidente que os dois blocos têm avançado muito na área militar na última década, visando muito mais um equilíbrio de forças para evitar uma guerra atômica, do que propriamente para desencadeá-la.

Calcula-se que a porção de bombas soviéticas, no caso de

um conflito entre as forças da OTAN e do Pacto de Varsóvia, seria de 180 a 200 megatons. Um megaton equivale a 1 milhão de toneladas de T.N.T.

Hans Bethe dá uma idéia mais rígida do formidável poder mortífero de um artefato nuclear: *"Pelo simples efeito explosivo, uma única bomba H poderia aniquilar quase toda a grande Nova York, ou Moscou ou Londres, ou qualquer das maiores cidades do mundo . (75)*

Fica, portanto, a indagação de Marcuse: *"A ameaça de uma catástrofe atômica, que poderia exterminar a raça humana, não servirá, também, para proteger as próprias forças que perpetuam esse perigo?" . (76)*

Otimismo a parte, na eventualidade de ocorrer uma guerra entre os dois blocos, o Brasil teria que enfrentar de imediato duas limitações. A primeira é de que ele não poderia deixar de ser um dos atores, não só pela sua posição geográfica mas pela falta, atualmente, de um poder que o possibilitaria desempenhar um papel autônomo num conflito em escala mundial.

Acrescente-se, ainda, que *"a América do Sul - segundo José Honório Rodrigues - especialmente o Atlântico do Sul é hoje o flanco mais vulnerável, geopolítica e geo-estrategicamente, das chamadas forças ocidentais" . (77)*

O Brasil desponta como a principal área estratégica do continente sul-americano. O território brasileiro é o que mais se aproxima da África e, para o General Meira Mattos, *"o Atlântico tem o seu estreito na chamada ponte estratégica Natal - Dakar , por isso o interesse muito particular ao Brasil ter a segurança de que a vertente Atlântica da África esteja sempre em poder de mãos amigas" . (78)*

Além desse potencial geográfico, consta que em diversas partes do território brasileiro, encontram-se grandes reservas de urânio e tório, minerais não renováveis de conteúdo radiativo que processados, tornam-se as principais matérias-primas para o desenvolvimento da tecnologia nuclear. A existência de um conflito direto entre os dois blocos, o Atlântico Sul será um dos primeiros alvos, e o Brasil o principal protagonista, para a instalação de bases militares, e com isso transformar-se em outro Afeganistão.

A segunda limitação é que na hipótese de uma confrontação

entre os dois blocos, o Brasil não teria sequer a possibilidade de escolher livremente de que lado ficaria. Limitações essas, como já foi dito, decorrentes de fatores estratégicos e geopolíticos inescapáveis nas condições atuais do mundo.

Dentre as elites militar e civil brasileiras existe uma certa simpatia pelos norte-americanos, havendo alguns setores dessas elites que compartilham de uma série de valores adquiridos daquela sociedade. Embora os Estados Unidos tenham perdido um pouco de seu poderio neste lado, pela desastrosa política externa dos direitos humanos, do Senhor Carter, no caso de uma guerra planetária o Brasil certamente se veria alinhado ao bloco ocidental sob o comando dos Estados Unidos. Sem dúvida que, entre os Estados Unidos com sua política de respeito aos direitos humanos e a União Soviética com a ideologia marxista, o Brasil ficaria ao lado dos primeiros.

O interesse dos dois blocos no Atlântico Sul não é somente militar e tampouco em tempo de guerra, pois existem interesses suficientemente grandes na área econômica, seja através da conquista de um mercado importador ou na transferência dos recursos naturais dos países do continente sul-americano.

Recentemente, com o boicote norte-americano na venda de cereais à União Soviética, a propósito da invasão do Afeganistão, os russos despachavam uma comissão comercial de alto nível que se empenhara em comprar grãos do Brasil e da Argentina. E, apesar do expansionismo soviético, que sempre amedronta os governos militares, é certo que tanto Brasil como Argentina colocaram seus interesses econômicos acima dos problemas de ordem ideológica.

Existe um interesse visível dos líderes dos dois blocos no potencial geográfico e econômico do Brasil. O apoio financeiro dado pelos soviéticos, através do Senhor Fidel Castro, às operações de guerrilha, durante o período revolucionário, demonstra a importância que tem para a União Soviética um regime brasileiro identificado com a ideologia socialista. Os Estados Unidos sentindo a possibilidade de perder para os soviéticos o espaço brasileiro, deram total cobertura ao golpe militar de 31 de março de 1964, fornecendo ajuda militar e econômica, sendo que esta mediante a transferência de capital para que se iniciasse a recuperação econômica do País.

A diferença de hoje está em que, àquela época, a intervenção soviética era mais tímida, fazendo-se sempre através de uma cabeça de ponte, ao contrário de agora, a exemplo do Afeganistão, com o uso direto de forças além da linha de sua esfera de influência.

A partir de 1973, com o boicote árabe ao petróleo, o Oriente Médio veio a tornar-se, na geopolítica planetária, o centro nervoso do mundo, onde as duas superpotências, representando os dois blocos, lutam por uma abertura de frente e que não pode ser fechada sob pena de uma crise econômica sem proporções no cenário mundial.

Mais tarde tudo indica que o cenário pode ser outro e o Atlântico Sul está em primeiro lugar na ordem das prioridades, não só pela sua função estratégica, num futuro conflito entre os dois blocos, como pelas suas reservas minerais não renováveis.

O Brasil, com um potencial mineral incalculável, é parte vulnerável e palco ideal para uma disputa de poder entre os dois blocos atualmente existentes. Por isso é fundamental que desenvolva todas as suas potencialidades para uma escalada de grandeza , no plano mundial.

4. A SEXTA GRANDEZA

4.1. NOVOS ATORES EM CENA

A necessidade de oferecer àqueles que se destina o presente estudo, uma melhor compreensão da linha de raciocínio que se adotou, mesmo que a situação política mundial já tenha sido analisada e discutida, há sempre algo a acrescentar a qualquer análise ou discussão. Além desta razão, não se pode falar em Brasil como sociedade afluyente, sem que se introduzam elementos que dêem uma visão multiforme desse mundo em transformação.

Como se sabe, as duas grandes potências buscam a longevidade do atual sistema bipolar de Poder Mundial. Ocorre, entretanto, que ambas estão se aproximando do fim de suas fases de supremacia sobre os mundos ocidental e oriental. Acredita-se que, apesar da magnitude de suas tecnologias e dos seus atuais poderes bélicos, há indícios de que poderão se transformar no início do fim de um poder sobre o qual se apóiam.

O aparecimento de outros atores no cenário mundial tem comprovado a existência de perdas sensíveis, tanto do lado soviético como do lado norte-americano. Acresce, ainda, o fato de que os dois países têm sentido alguns sintomas que possam levar ao desmoronamento de suas estruturas internas, que, conseqüentemente, poderão motivar a queda do poder no plano internacional. A interferência da União Soviética no Afeganistão, e que poderá ocorrer na Polônia, é indício de que existe uma preocupação em manter o sistema bipolar. E se novos atores estão despontando é porque alguém está perdendo espaço, pois nunca houve vácuo de poder no mundo e a queda de um império dominante sempre foi seguida da ascensão de outro, que assumiu a hegemonia na fase seguinte da História.

Por outro lado, já está havendo uma reação dos demais países contra a presença soviética e a interferência norte-americana em seus territórios. E essa reação, sem dúvida, está processando modificações no sistema bipolar ora existente.

Tanto o Ocidente como o Oriente, cada um desses blocos, já está presenciando quais os países que assumirão os espaços perdidos por soviéticos e norte-americanos na equação do Poder Mundial. As análises que estão sendo feitas para saber quais países preencherão as condições para assumir as respectivas hegemonias,

incluem, como componente principal, a realidade de que se vive hoje na idade da era atômica. As realidades dessa era nuclear exigem condições muito diversas das que permitiram a países do século XIX o exercício do Poder.

E dentro das nações que despontam para o exercício de um poder de decisão, duas delas fazem parte de todas as análises: a China, voltada agora para a modernização de sua economia e o Brasil pela sua atual escalada de grandeza.

4.2. BASES DE PODER

Todo exercício sobre país potência, elaborado pelos mais destacados analistas, elege, como indicadores, os seguintes elementos: população, dimensão geográfica, posse de imensas reservas minerais, capacidade industrial, tecnológica e científica e coesão interna.

Toynbee, Spiegel, Morgenthau, entre outros, todos realçaram esses atributos como variáveis básicas para a projeção do poder.

Para Stoessinger, em o "Poder das Nações", diversos são os fatores que permitem uma análise da anatomia do poder. Citando Morgenthau, para que o fator mais estável de que depende o poder de uma nação é a sua geografia, Stoessinger lembra que a geografia não é necessariamente um fator decisivo no que se refere ao poder das nações, mas não resta dúvida de que circunstâncias de geografia, localização e topografia nacionais, mesmo na era atômica, continuarão a ter considerável importância para o equilíbrio internacional do poder.

Um outro aspecto de importância na determinação do poder internacional é a posse de recursos naturais, afirma John Stoessinger. Convém alertar, entretanto, que não basta somente a posse de matérias primas para projetar o poder de uma nação, mas sim o uso que ela saiba fazer do seu recurso. Até alguns anos atrás os países produtores de petróleo não tinham o menor poder no cenário internacional, muito embora a economia mundial dependesse, quase que exclusivamente, do seu petróleo. No entanto, a partir de 1973,

com o embargo do produto, subitamente conquistaram uma parcela expressiva do poder. Isto quer dizer que, somente quando os países detentores do ouro negro passaram a saber fazer o uso do recurso que dispunham é que se transformaram em nações poderosas. Poucos países, em relação ao número total do planeta, conseguiram gerar uma séria crise de energia que ameaçou as bases econômicas de algumas nações mais ricas do mundo.

Afirma o autor que a população, assim como a geografia e os recursos naturais, é um outro componente importante do poder nacional. Stoessinger diz que é *"impossível que nações sem grandes populações sejam poderosas"* (79), muito embora existam diversos países com uma expressiva demografia e nunca foram considerados muito poderosos.

Mas, todos os iniciados em política internacional são unânimes em afirmar que a população de um país é de vital importância, à medida que se combine com a industrialização. A industrialização leva a um crescimento populacional que pode possibilitar uma maior industrialização.

A natureza do governo de um país, é *"conditio sine qua non"* para se aquilatar o poder de uma nação. Apesar de que o exemplo de Esparta sobre Atenas seja frequentemente utilizado por seus inventores, para justificar que uma ditadura pode sair vitoriosa, ele se constitui em apenas um entre muitos que entendem que uma democracia proporcione maior moral nacional do que qualquer regime de força.

O caráter nacional é outro componente que afeta vitalmente o poder de uma nação, muito embora se refira a algo em constante mutação. Para Stoessinger, *"Sua relevância para o poder não está tanto em sua existência objetiva, que ainda é contestada por muitos estudiosos, quanto na persistência de estereótipos imputados a uma nação para outra"*. (80)

Da mesma forma, um elevado moral nacional torna-se agora em importante fator de poder, que nasce da cultura, da experiência histórica e da estrutura social das nações.

O que levou o Exército Vermelho a resistir as forças militares nazistas, o que foi que fez do povo britânico, durante a Segunda Guerra Mundial, o objeto da admiração quase universal? A resposta está no moral nacional de que estavam imbuídos os solda

dos soviéticos e o poyo inglês. A história tem demonstrado que o moral nacional se constitui numa tremenda reserva de poder.

Finalmente, Stoessinger coloca como último e mais importante atributo para que uma nação alcance o poder, a qualidade de liderança. Por mais populosa que seja uma nação, por maior que seja seu território, por mais que abundem suas reservas naturais, de nada servirá se faltou liderança, que faça com que esses recursos sejam utilizados com o máximo proveito no cenário internacional.

Carlos Meira Mattos, geopolítico brasileiro, formula também a sua hipótese sobre os fatores que se deve considerar para que um país invada o fechadíssimo grupo das grandes potências mundiais.

Este é o desenho simplificado, que o autor formula para que um país assuma responsabilidade planetária (81):

- geografia imensa, continental;
- recursos naturais diversificados, quantitativamente suficientes para uma rápida escalada de riqueza;
- capacidade industrial desafiadora;
- eficiência militar em franca afirmação;
- população de 110 milhões, com previsão de 200 milhões no limiar do século XXI;
- caráter nacional perfeitamente estruturado;
- moral nacional elevado;
- aptidão diplomática lastreada numa convivência pacífica, na definição das fronteiras sem percalços e na profissionalização como pressuposto.

Paulo Irineu Roxo Freitas, em artigo publicado no Jornal do Brasil de 26 de outubro de 1980 - "*Estratégia do Brasil no Futuro*", cita as condições básicas indispensáveis, que um país deve possuir, simultaneamente, para poder aspirar à hegemonia ocidental ou oriental:

- população maior do que 100 milhões de habitantes;

- densidade demográfica maior do que 10 habitantes por km² e menor do que 200 habitantes por km²;
- homogeneidade racial;
- superfície territorial maior do que 5 milhões de km²;
- continuidade territorial;
- acesso direto e amplo ao alto mar;
- recursos naturais estratégicos e essenciais.

Segundo o autor, excetuadas as duas superpotências atuais, há somente dois países que preenchem essas condições, simultaneamente: Brasil e China.

Não resta a menor sombra de dúvida de que a China já executa sua estratégia para tornar-se superpotência, pois já é uma potência nuclear, com tecnologia adquirida da sua ex-aliada, a União Soviética.

A China afastou-se da URSS quando sentiu que dela nada mais poderia obter, e está se aproximando do Ocidente para obter a tecnologia que certamente a colocará entre um dos reordenadores da ordem internacional.

Considere-se, também, que a China já iniciou a ampliação de sua área de influência na Ásia, infiltrando-se na estratégia das penínsulas indochinesa e coreana, infiltrou-se, ainda, na África, onde seus técnicos vivem a intimidade desses países amigos.

O segundo é, portanto, o Brasil, que já responde tranquilamente às hipóteses formuladas pelos escritores Stoessinger, Meira Mattos e Paulo Irineu R. Freitas, onde tem assento entre os que decidem a ordem econômica planetária e, com seu ingresso na idade atômica, se candidata a país potência em escala mundial. E no entender de Meira Mattos, um país assim dotado é candidato a potência, em caminho de avizinhar-se com Estados Unidos e União Soviética.

Foram citados aqui apenas três analistas, mas de Toynbee a Spiegel, passando por Morgenthau, todos realçaram os atributos aludidos por Mattos, Stoessinger e Freitas, como componentes básicos para a projeção do poder.

O Prof. Ray S. Cline, da Universidade de Georgetown, foi mais objetivo e enfático.

No seu livro "World Power Assessment - A Calculus of Strategic Drift" (82), o autor desenhou uma fórmula matemática que, de acordo com as variáveis ali eleitas, coloca o Brasil como a sexta grandeza na ordem planetária, suplantado somente pelos seguintes países: União Soviética, Estados Unidos, Alemanha Ocidental, França e China.

A fórmula consiste em:

$$Pp = (C + E + M) \times (S + W)$$

Onde:

- Pp = Poder Perceptível
- C = Massa Crítica (população + território)
- E = Capacidade Econômica
- M = Capacidade Militar
- S = Concepção Estratégica
- W = Vontade de realizar a Estratégia Nacional

Depreende-se, portanto, que o autor ao elaborar a sua equação distinguiu dois tipos de variáveis: a primeira "física" - população, território, economia e capacidade militar; a segunda "abstrata" - concepção estratégica e vontade de realizar a Estratégia Nacional.

O General Meira Mattos acrescenta um outro fator na fórmula do Prof. Cline, que ficaria mais completa se nela estivesse o "poder de persuadir".

Segundo Meira Mattos, justificando o seu ponto de vista, o que mais careceu aos Estados Unidos na guerra contra o Vietnã foi o isolamento em que se viu o governo por ter sido incapaz de convencer aos seus aliados e ao seu próprio povo da "justiça" da sua causa.

Já o Prof. Alcides Abreu acresce a fórmula de Cline a variável D, onde D é igual à Capacidade Diplomática.

O trabalho do Prof. Cline foi elaborado em função de tabelas com que procura dar valores numéricos aos fatores de poder de cada nação.

Na primeira expressão da sua fórmula (Massa Crítica, Economia e Capacidade Militar), o Brasil alcança o oitavo lugar com 16 pontos:

Estados Unidos	-	50
União Soviética	-	45
China	-	23
França	-	20
Alemanha Ocidental	-	18
Japão	-	17
Índia	-	17
Brasil	-	16
México	-	11
Argentina	-	10

No que se refere à segunda expressão (estratégia nacional e vontade nacional), a Nação Brasileira ganha o segundo lugar:

União Soviética	-	1,5
Brasil	-	1,3
França	-	1,2
China	-	1,0
Alemanha Ocidental	-	1,0
Japão	-	1,0
México	-	0,9
Índia	-	0,8
Estados Unidos	-	0,7
Argentina	-	0,5

Tendo em vista ser a segunda expressão multiplicador, o cômputo geral dá a seguinte posição:

URSS	-	67,5
EUA	-	35,0
Alemanha Ocidental	-	27,0

França	-	24,0
China	-	23,0
Brasil	-	20,8

Portanto, o Brasil posiciona-se no 6º lugar na escala de grandeza do Professor Ray Cline.

5. NO LIMAR DE UMA NOVA ERA

5.1. O ACORDO NUCLEAR

Através do Decreto nº 76.695, datado de 10 de dezembro de 1975, foi promulgado pelo Presidente da República o Acordo sobre cooperação no campo dos usos específicos da energia nuclear Brasil-República Federal da Alemanha.

Antes disso, porém, autoridades brasileiras já vinham manifestando-se sobre o ingresso do Brasil na era atômica.

O Presidente Costa e Silva, no ano de 1967, manifestava-se favoravelmente sobre energia nuclear como o mais poderoso recurso a ser colocado ao alcance dos países em desenvolvimento, para reduzir a distância que os separa das nações industrializadas.

Ainda, no mesmo ano, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Senador Magalhães Pinto, afirmava enfaticamente que : *"Estamos persuadidos de que sô conseguiremos reduzir a distância que nos separa das nações industrializadas se nos engajarmos num programa intensivo de aplicação da ciência e da tecnologia do qual a energia nuclear é peça-chave. Para salientar a firmeza de nossa intenção, designei o Embaixador Sérgio Correia da Costa para que em Genebra, no Comitê de Desarmamento das Nações Unidas, declara que o Brasil não aceitará compromisso em matéria de não proliferação nuclear, que implique nossa condenação a uma nova forma de dependência. Não nos deteremos, contudo, na simples preservação do direito de explorar livremente, para fins pacíficos, todas as potencialidades do átomo".* (83)

Observa-se, portanto, que muito antes da data da assinatura do Acordo, o governo brasileiro desencadeou uma batalha política pelo direito de ingresso no campo da exploração da tecnologia nuclear que, segundo o Embaixador Sérgio Correia da Costa, o Brasil para vencer o subdesenvolvimento tem, de fato, de tentar o salto tecnológico.

Mas, em 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND, advertia ao País para o Programa Nuclear Brasileiro, que, segundo o governo, asseguraria a promoção do desenvolvimento econômico, social e político do Brasil, pois para atingir o bem estar geral é imprescindível dispor de adequadas fontes energéticas , dentre as quais sobressai a energia nuclear.

Pontos básicos do Acordo:

- (1) compra de reatores para as usinas Angra 2 e Angra 3. Inicialmente 30% do equipamento serão fornecidos pela indústria nacional; em 1990, quando se instalar o último dos reatores 70% deverão ser nacionais;
- (2) compra de combustível para abastecimento dos reatores até 1979 - quando deverá iniciar-se a produção nacional. Por enquanto o Brasil depende, para a compra de urânio natural, dos Estados Unidos, da Austrália e da África do Sul;
- (3) financiamento dos reatores por um consórcio bancário alemão;
- (4) instalação no Brasil, com assistência tecnológica alemã, de uma usina de reprocessamento de plutônio;
- (5) instalação no Brasil, com assistência alemã, de uma usina de enriquecimento de urânio, pelo processo de jato centrífugo.

O programa prevê a absorção da tecnologia de enriquecimento de urânio, e da tecnologia de reatores, realizando-se, igualmente, esforço para efeito de progressiva instalação da produção de reatores no País. Além disso, inclui-se desenvolvimento da tecnologia de combustíveis nucleares, usinas de concentração de minérios de urânio, prospecção de minérios nucleares e indústrias de areias pesadas.

Muito embora outros países tenham sido consultados, a Alemanha, porém, dispôs-se a negociar um acordo com objetividade e profundidade, visando à ação conjunta dos dois parceiros para a implantação do Brasil do ciclo completo da tecnologia nuclear. Todo o processo seria progressivamente nacionalizado e todo o material seria futuramente fabricado no Brasil. Ao contrário da Fran

ça, país também consultado, que se mostrou interessado em negociar, mas em bases pouco objetivas.

5.2. CRÍTICAS AO PROGRAMA

Somente a partir de 1977, sob os embalos da chamada abertura, é que cientistas, políticos e imprensa começaram a reclamar à instauração de um amplo debate sobre o Acordo Brasil - Alemanha.

O Palácio do Planalto e o Itamarati resistiram e conseguiram evitar no meio político qualquer discussão em torno do assunto. Poucos são os segmentos da sociedade brasileira que têm alguma informação sobre a temática da energia nuclear.

O Senado Federal esboçou uma tentativa de analisar o Acordo, instalando uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que de prático só resultou em irritações dos membros da Comissão e dos principais depoentes.

Os críticos argumentam, de início, que está demonstrado que o Brasil embarcou numa aventura cara demais, além de que não existe qualquer garantia que o país atingirá, realmente, a independência tecnológica em matéria nuclear.

O recente acidente nuclear de "Three Mile Island", nos Estados Unidos, colocou o programa nuclear brasileiro novamente em choque com a opinião pública com respeito à segurança física das usinas de Angra.

Os críticos voltam ao contra-ataque argumentando que, à primeira vista, a certeza que se tem é de que o Acordo firmado entre Brasil e Alemanha será um excelente negócio para esse último, cuja indústria nuclear depende de exportação para sobreviver e suas usinas necessitam da importação de urânio para funcionar, mas que o governo brasileiro movido em larga medida pela busca do reconhecimento internacional às aspirações de País potência, agarrou-se na defesa do Acordo como se dele dependesse o futuro da nação brasileira.

Outras críticas são feitas ao Acordo: o segredo com que foram elaboradas as cláusulas e a própria assinatura; a sua inviabilidade econômica, em face da aplicação de centenas de milhões

de dólares num programa nuclear, quando acima de 40 milhões de pessoas no Brasil vivem em pobreza absoluta; a despreocupação com o lixo atômico, elemento altamente radiativo (os Estados Unidos gastam por ano 3 bilhões de dólares com despesas de armazenamento); a inviabilidade técnica da energia nuclear (dados oficiais dos Estados Unidos anotam que os seus 65 reatores só produzem 2,9% de energia); a inexistência de um debate público sobre a decisão tomada pelo governo brasileiro em entrar na era atômica; a falta de segurança das usinas nucleares (a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos faz, há tempos, a seguinte estimativa sobre os danos provocados pela liberação num acidente de 50% de material radiativo de uma usina nuclear de 500 MW: 3.400 mortos, 430.000 feridos, evacuação de uma área de 2.000 km², sem contar as sequelas de ordem genética e cancerígena); o analfabetismo tecnológico da mão de obra empregada em Angra, que se ocorrer um vazamento em uma das nossas usinas como aconteceu recentemente nos Estados Unidos, onde se empenharam técnicos da mais alta categoria com um custo aproximado de 40 milhões de dólares, o Brasil não teria condições técnicas e econômicas de suportar um acidente em uma de suas usinas.

O governo brasileiro tem refutado as críticas que são feitas ao programa nuclear, principalmente sobre o sigilo que envolveu a negociação do Acordo. Segundo fontes do Planalto, as negociações não poderiam ser discutidas e debatidas amplamente, tendo em vista evitar pressões previstas particularmente por parte dos Estados Unidos.

No que se refere à inviabilidade econômica do Acordo, o governo brasileiro tem-se manifestado que, muito embora o Brasil ainda disponha de enorme potencial hidrelétrico, as suas necessidades energéticas são enormes, e que a melhor solução não seria esperar pelo esgotamento dessa fonte, mas complementá-la com a energia termo-nuclear.

Outro ponto que as autoridades governamentais têm enfatizado, sobremaneira, é o da utilização do átomo para fins pacíficos. A justificativa para essa afirmação é de que ao País faltam recursos para o próprio desenvolvimento, para atender às imensas necessidades de uma população pobre e numerosa, além do que o Brasil não deseja e não tem o menor interesse em possuir artefatos

nucleares para fins militares.

Finalmente, o governo tem se esforçado em justificar a não aceitação da proposta norte-americana que asseguraria ao Brasil o enriquecimento do urânio e o reprocessamento do combustível através operações com organizações internacionais.

A decisão de não se tornar dependente do exterior, no que se refere à energia nuclear, como em outros tempos aconteceu com o carvão e agora com o petróleo, o Brasil optou em ter a sua própria usina de reprocessamento.

5.3. AS PRESSÕES EXTERNAS

Com a assinatura do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, os dois países signatários começaram a sofrer os mais diversos tipos de pressão, não só através de pronunciamentos das mais altas lideranças do planeta, mas também por estocadas da imprensa internacional.

Já nos primeiros meses do ano de 1975, a questão transpirou e provocou violenta reação, tanto dos Estados Unidos como da União Soviética.

O Presidente Carter, por diversas vezes, ocupou as primeiras páginas dos jornais brasileiros referindo-se ao Acordo em termos - "tentarei obter, por via diplomática, a revogação do contrato de venda de centrais nucleares que a Alemanha Ocidental assinou com o Brasil", adiantando ainda "que dispõe de informações que lhe permitem prever o êxito da iniciativa" - de árbitro do mundo e de instância revisora da Agência Internacional de Energia Atômica.

O Senador Paulo Brossard, em discurso proferido na Sessão de 2 de dezembro de 1976 do Senado Federal, indagava:

"O Presidente dos Estados Unidos pode, legitimamente, pretender a revogação de um acordo celebrado entre duas nações, segundo as regras do Direito Internacional"?

"Estas nações, signatárias de um acordo formalmente

acabado, estariam propensas a aceitar essa interferência de uma nação estranha ao ajuste e sob pressões voltar atrás nas negociações regularmente concluídas e consubstanciadas em um pacto, de modo a que ele viesse a ser cancelado"? (84).

A imprensa norte-americana, principalmente o New York Times e o Washington Post, desfechou uma campanha contra o Acordo firmado entre Brasil e Alemanha, não poupando comentários desfavoráveis ao Acordo.

Não satisfeito com a política brasileira de manter os termos do Acordo até o final, o governo americano passou a adotar uma linha mais pragmática à sua diplomacia, enviando ao Brasil algumas comitivas de funcionários para tentar renegociar o Acordo que o governo brasileiro havia assinado com a Alemanha Ocidental. O Brasil começou também a receber documentos dos Estados Unidos, seja a "oral message" (uma mensagem oral, mas de cunho oficial) seja o "non paper" (um papel sem timbre ou assinatura), contendo recados da diplomacia norte-americana.

O Governo dos Estados Unidos continuou, mediante as mais diversas formas de pressão, combatendo o Acordo, fundamentando-se, sobretudo, na política que o Senhor Carter elegeu como carro chefe para a sua chegada à Casa Branca: o respeito pelos direitos humanos; propondo, inclusive, o congelamento do Acordo Nuclear com a Alemanha, até que novas técnicas fossem descobertas.

Durante esse período foram utilizados diversos mecanismos de pressão contra o Brasil, tendo os Estados Unidos anunciado a divulgação oficial de um relatório sobre os direitos humanos no País.

Curiosa essa posição humanista nos Estados Unidos, principalmente quando se sabe notória e publicamente a sua influência em outros países em sentido diametralmente oposto ao anunciado.

Não são poucos os relatos que chegam ao conhecimento da opinião pública, acerca do desrespeito aos direitos humanos naquele país no que se refere às minorias raciais, e, também, sobre a atuação da CIA nos países do Terceiro Mundo, utilizando-se de objetivos os mais baixos pelos processos mais torpes.

Na realidade, o que ocorreu realmente nada mais foi do

que uma prestação para os governantes norte-americanos e homens de negócio, que perderam um excelente mercado com o Acordo firmado entre Brasília e Bonn. Mas, finalmente, ficou conhecida a intenção dos Estados Unidos em querer a revogação do Acordo, quando por vias indiretas o governo brasileiro tomou conhecimento das propostas de instalação de usinas de reprocessamento de urânio enriquecido em outro país, sob o controle AIEA, e de fornecimento de urânio enriquecido pelos Estados Unidos, em prazos longos e crédito facilitado.

Estas duas propostas norte-americanas, de internacionalizar a usina e enriquecimento de urânio instalada no Brasil e serem os Estados Unidos o fornecedor do combustível, visavam obter a dependência do Brasil e colocá-lo submisso aos critérios do Supplier's Club - Clube dos Fornecedores, formado pelas principais potências nucleares, além do País ficar sob o controle do governo norte-americano.

Cabe, na oportunidade, ressaltar a forma como expressou-se o Presidente da Comissão de Energia Atômica do Senado Americano, Senador Pastore, sobre o Acordo Brasileiro-Alemão: "era motivo de indignação e seria um escárnio à Doutrina Monroe, já que o Brasil poderia tornar-se independente da influência dos Estados Unidos".

Um outro Senador norte-americano ao referir-se sobre o assunto afirmou "que os Estados Unidos não podiam permitir que um país, em seu quintal, ficasse em condições de produzir a bomba atômica, pondo em risco a segurança do povo norte-americano". (85)

Mas segundo o jornal Le Monde "todas as preocupações e objeções não são ditas pela nobre preocupação de evitar que um regime militar adquira os meios para fazer a bomba. Com a assinatura do acordo brasileiro-alemão, um importante mercado escapa das mãos das empresas norte-americanas, cuja liberdade de manobra cai amplamente pelas condições impostas pelo Congresso norte-americano". (86)

Das insinuações de um Senador dos Estados Unidos nada mais coerente do que as indagações de um Senador Brasileiro: "Arguir-se-á que se hoje são pacifistas os propósitos brasileiros, amanhã possuidor dos segredos científicos e dos instrumentos apropriados, sem grande esforço, ele poderia passar a dispor de armas

nucleares. Suposto tal pudesse acontecer, eu limitar-me-ia a perguntar: O Brasil seria unidade solitária no universo a perturbar a sua paz e a comprometer o seu sossego? Ademais, não foram exatamente os Estados Unidos o primeiro país a possuir o artefato maldito? E o que é mais. Não foi o único país a usá-lo até hoje"? .
(87)

Ora, Brasil e Alemanha submeteram o Acordo à apreciação da AIEA, organização internacional criada para os fins específicos de controlar a utilização da energia nuclear, que considerou plenamente satisfatórias as cláusulas de segurança constantes dos acordos de cooperação nuclear entre os dois países e, por unanimidade, foi aprovado o acordo tripartite de fiscalização.

Mas se existe realmente essa preocupação de que o Brasil possuindo a tecnologia nuclear, construiria no futuro o seu artefato, que os Estados Unidos usem do seu prestígio e sua influência para fortalecerem os organismos internacionais, únicas partes legítimas no controle e fiscalização do uso do átomo, para que se tornem mais eficazes, convertendo-se em mecanismos de peso para o equilíbrio de forças entre as nações nuclearizadas e instrumento de proteção aos países que não poderão ingressar no Clube de Londres e as voltas constantemente com o intervencionismo das grandes potências.

5.4. ANGRA "VERSUS" ATUCHA

A Argentina também está prestes a entrar no fechadíssimo Clube Atômico. Desde 1950, com a criação da Comissão Nacional de Energia Atômica, a Argentina empreendeu um plano de utilização da energia atômica para fins pacíficos, objetivando, fundamentalmente, obter a máxima autonomia do exterior e lograr a mais alta capacitação tecnológica.

Analistas daquele país do Prata têm enfatizado, que independentemente das grandes dificuldades encontradas, o esforço argentino permitiu alcançar, já em 1975, uma franca dianteira em toda a América-Latina. Essa dianteira inclui o Brasil, em particular. Segundo o General Juan Guglielmelli, a Argentina poderá, num

futuro próximo, compartilhar com os outros países o "status" de próximos ao Clube Nuclear. (88)

Pela voz de generais argentinos denotam-se o esforço e a grande preocupação da Argentina em ingressar rapidamente no Clube de Londres, principalmente quando o Brasil é um dos postulantes a potência, mediante o conhecimento final da tecnologia do átomo, buscando, com isso, uma presença hegemônica na América do Sul.

Sabe-se que a Argentina não aderiu ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares firmado em novembro de 1968, assinou mas não ratificou o Tlatelolco, de fevereiro de 1967, que trata sobre a Proscrição de Armas Nucleares na América-Latina. No primeiro, as razões apresentadas pela Argentina foram as mesmas do Brasil, pois a assinatura implicaria em problemas de segurança e limitaria a liberdade de ação dos países signatários. Para o governo brasileiro o TNP continha cláusulas discricionárias. Já o segundo tratado, muito embora seja limitativo, permite "às partes contratantes realizar explosões de dispositivos nucleares para fins pacíficos, inclusive explosões que pressupunham artefatos similares aos empregados em armamento nuclear - ou prestar sua colaboração a terceiros para os mesmos fins, sempre que não contravenham às disposições do presente artigo e aos demais do tratado, em especial os artigos 1º e 5º" (§ 1º do artigo 18 do Tratado sobre Proscrição de Armas Nucleares na América-Latina).

Faz-se mister assinalar, ainda, que este tratado não prevê nenhuma sanção para as partes contratantes que o violem, assim como, deve-se alertar, que a sua vigência está condicionada a uma série de requisitos, em virtude dos quais os Estados que o tenham firmado, e mesmo ratificado, não estão obrigados ao cumprimento de nenhuma de suas disposições, enquanto não hajam sido satisfeitas ditas condições, salvo se houver de fato uma renúncia expressa e voluntária.

Conclui-se que tanto a Argentina como o Brasil têm reservado o direito de produzir, em caso de necessidade, artefatos nucleares, explosivos estes que, por ora, não tenham sido tecnicamente definidos e classificados com respeito ao seu uso, pacífico ou militar.

A Argentina tem demonstrado uma preocupação fora do normal com a possibilidade do Brasil fabricar o explosivo, dando a

entender que com isso justificaria no futuro a fabricação de sua própria bomba, mediante a alegação de que se assim o fez foi por questões de segurança.

Essa preocupação argentina baseia-se sobretudo na redação do artigo II do Acordo firmado entre Brasil e Alemanha, quando reza que "as partes contratantes se declaram partidárias do princípio de não proliferação de armas nucleares", pois segundo os analistas portenhos, para o Brasil o dispositivo acima transcrito não representa o compromisso para não utilizar no futuro, artefatos nucleares, uma vez que se a intenção fosse essa, o artigo teria uma redação diferente.

As elucubrações argentinas estão sendo reforçadas por causa de algumas manifestações pessoais no Brasil, e porque, segundo insinuam, é conhecida a vocação de alguns influentes círculos de dirigentes brasileiros, para os quais, o artefato nuclear constitui um passo decisivo para alcançar seu objetivo de tornar-se grande potência.

Em decorrência dessas idéias pré-concluídas, militares argentinos declaram que, dados os elementos de juízo disponíveis, é possível afirmar que existe no Brasil a firme decisão de juntar-se ao Clube Atômico, isto é, de fabricar a bomba sob a justificativa de fazê-la para fins pacíficos, e, ainda, que o Acordo Brasil-Alemanha não descarta que o Brasil desenvolva uma tecnologia própria a partir dos conhecimentos adquiridos, que lhe permita justamente fabricar armas nucleares e outros explosivos nucleares.

A Argentina está firme na idéia de que o Brasil já decidiu-se pela fabricação de explosivo, restando dúvida somente acerca da oportunidade. E face a esses dois fatores propõe o General Guglielmelli: "*decisão de fabricar o explosivo nuclear e oportunidade são pontos chaves para a Argentina, pois o artefato nuclear do vizinho, sem contrapartida, afetará sensível e decididamente nossa segurança*". (89)

Causa espécie a proposta do citado General, principalmente, por ser ele quem mais se ufane pelo fato da Argentina estar em vantagem em toda a América-Latina e, particularmente, em franca dianteira sobre o Brasil no ciclo atômico.

E se só isso não bastasse, a posição de vítima em que é colocada a Argentina leva a crer aos menos informados, que o Bra

sil ao entrar na era nuclear será uma séria ameaça àquela nação sul-americana, e que somente uma nova aliança facilitará entendimento entre os dois países: "Convergir com o Brasil, no marco de uma negociação global, um acordo de informação, consulta e eventual cooperação técnica no campo nuclear que, entre outros aspectos determine seguranças efetivas e recíprocas ante a possível fabricação de artefatos nucleares, mesmo quando se destinam para fins pacíficos". (90)

No final, o que o General deseja é isso mesmo: uma aliança entre o Brasil e Argentina, para que ambos exerçam um papel hegemônico perante os países latino-americanos, conforme depreende-se das suas conclusões: "Neste sentido nada pode resultar mais perigoso que não aventar dúvidas, não dissipar as conjecturas, ignorar os indícios ou desconhecer as implicações que um artefato nuclear, explodido de surpresa, pode ter para a segurança da Argentina, para o futuro de suas relações com o Brasil e para a projeção de ambos os países no âmbito do Cone Sul e do resto da América-latina". (91)

O General Guglielmelli pretende demonstrar que a Argentina jamais pensaria em construir a bomba, mas como existe uma decisão do país vizinho em fazê-la, que conseqüentemente trará uma ameaça à sua segurança, nada mais justo e lógico que haja uma contrapartida argentina construindo o seu explosivo, visando com isso acarretar um equilíbrio de forças no continente sul-americano. Ocorre, entretanto, que quem deu o primeiro passo na busca do conhecimento da tecnologia do átomo foi a Argentina e se pretende fazer o seu artefato, que faça, mas que se responsabilize pelo seu ato.

É certo que o Brasil, pelas normas de direito internacional público, não está compromissado em não utilizar no futuro artefatos nucleares, mas não se ouviu, desde que foi firmado o Acordo até os dias de hoje, qualquer manifestação do governo brasileiro em construir a bomba, mesmo sabendo que a Argentina saiu na dianteira e que ela de posse da tecnologia nuclear representa, em tese, também uma ameaça à segurança do Brasil.

5.5. NA IDADE DO PODER ATÔMICO

Com a entrada do Brasil na Idade do Poder Atômico e o firme propósito de ir em busca do átomo, demonstrar-se-á ao mundo a sua capacidade de escalada internacional, que, em consequência, fará deste país um dos protagonistas das decisões planetárias, inclusive com o poder de intervir na solução dos conflitos mundiais.

O mundo atual vive uma fase de duras realidades nos campos econômico, social e político. A preservação da liberdade econômica e soberania política do país está, realmente, a exigir a adoção de um instrumento como o átomo para reduzir a distância que o separa das grandes potências. Se o Brasil não detiver a tecnologia nuclear ou estiver ineficientemente preparado para o exercício de um poder de decisão na ordem planetária, ele se constituirá num permanente ponto fraco perante o bloco das grandes potências e seus territórios servindo de palco para operações militares, como escreveu George Orwell em "1984", (92) onde a guerra entre as duas potências era sempre distante, limitada a um teatro de operação localizada vagamente entre o Oriente Próximo e África, e utilizada muito mais para promover a coesão interna e usufruir os benefícios de uma economia de guerra.

Os constantes conflitos entre nações mediante o emprego de armamento convencional têm dado provas de que o átomo passou a ser um dispositivo de defesa ou ataque que não deve ter valor somente pacífico, pois a ele deve-se o equilíbrio de forças existentes entre o Ocidente e Oriente. Na época em que se vive, o átomo é a mais forte garantia, no plano internacional, para o estabelecimento de uma equidade política e a igualdade de que fala a Organização das Nações Unidas.

A tecnologia nuclear passou a ser, portanto, o meio que alguns países encontraram para provocar um novo enfoque nas relações internacionais com vistas a um equilíbrio de forças, isto é, o pluralismo de grandes potências que se contrabalancem mutuamente.

Assim é que, o destino brasileiro de potência emergente somente ganhará viabilidade de implementação se detiver o conhecimento atômico, pois o poder de um país é significativamente correlacionado ao domínio pleno das tecnologias finais, podendo, inclusive, intervir na história.

"E, pois, deve o Brasil projetar-se" - diz Golbery do Cou

to e Silva - "desde já, no cenário do mundo, o que, no entanto, sãõ poderã realmente fazer, sem cair no ridículo dos blefes, das chan tagens e da sîmples bazõfia, se assentar, definitivamente e com coragem, as grandes linhas de sua atuação posterior em face de cri ses internacionais não difíceis de prever e assumir claramente responsabilidades e deveres perante toda a humanidade". (93)

Desta forma, o programa nuclear que o Brasil está desen volvendo com a construção de usinas e reprocessadoras de urânio , ampliar-lhe-ã abrangentemente o seu poder de barganha perante os dois blocos, sendo que uma mensagem brasileira para o reordenamen to de um mundo em transformação, por certo, serã ouvida e levada em consideração pela comunidade internacional.

6. O BRASIL NO MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

6.1. O ESBOÇO DO FUTURO

"No princípio, Deus criou os céus e a terra. A terra porém, estava informe e vazia; as trevas cobriam o abismo e o Espírito de Deus pairava sobre as águas" (94)

Em abril de 1968, sob a liderança do Dr. Aurélio Peccei, nascia o Clube de Roma, que, conforme William Watts, é "uma organização informal, descrita, com muita propriedade, como um colégio invisível". (95) Formado por um grupo de pessoas das mais variadas profissões - cientistas, educadores, economistas, industriais - o Clube se reúne para tratar de assuntos relativos à sobrevivência da espécie humana.

O "Dilema da Humanidade", projeto de longo alcance, foi a maneira que o Clube de Roma encontrou para analisar os problemas que afligem toda a humanidade: "pobreza em meio à abundância; deterioração do meio ambiente; perda da confiança nas instituições; expansão urbana descontrolada; insegurança de emprego; alienação da juventude; rejeição de valores tradicionais; inflação e outros transtornos econômicos e monetários". (96)

Em 1972 era publicado o primeiro relatório do Clube de Roma, Limites do Crescimento, estudo encomendado a um grupo de cientistas que analisou os cinco fatores básicos que limitam o crescimento do planeta: população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição.

Assim, através desse relatório, o Clube de Roma de Aurélio Peccei alertava o mundo sobre o horizonte terminal do planeta, com o crescimento exponencial da população, o espectro da fome, a escassez dos minerais não renováveis, a degradação a que está sendo submetida a nave espacial terra e a produção industrial em larga escala.

"Crescei e multiplicai-vos; e preenchei a Terra, submetei-a e dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os rebanhos e sobre tudo o que vive e se move sobre a Terra". (97)

O homem extrapolou a determinação Divina, multiplicando-se acima de qualquer previsão feita pelos manuais de demografia. Em 1650 a população mundial era da ordem de 0,5 bilhão de pessoas.

Três séculos mais tarde a população totalizava 3,6 bilhões de pessoas. Segundo dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas no ano 2.050 haverá 7,0 bilhões de almas, exatamente o dobro do que existia em 1970. *"Assim não são a população vem crescendo exponencialmente, mas a taxa de crescimento também vem aumentando"* (98), uma vez que no ano de 1650 a taxa de crescimento era 0,3% ao ano e, em 1970, essa taxa subia a 2,1%. Se continuarem as atuais tendências do crescimento populacional, talvez, a duplicação em cada quarto de século que Malthus havia anunciado torne-se realidade. O ciclo de realimentação do crescimento da população, isto é, mais nascimentos por ano e menos morte por ano, levou o Professor Alfred Sauvy à seguinte conclusão: *"A ciência conseguiu, de fato, prolongar a vida de homens que passam a viver pior"* (99). O aumento da expectativa de vida, com os recursos terapêuticos colocados à disposição do homem, tem comprometido, por outro lado, a qualidade de vida da população, em função do crescimento populacional. Lynette Hamblin é da mesma opinião do Prof. Sauvy: *"Já estamos sacrificando a qualidade da vida humana no interesse da quantidade de seres humanos"*. (100)

É claro que a Terra não suportará tal carga de pessoas. O crescimento populacional deve ser reduzido voluntariamente, mediante um trabalho sério de conscientização da população com o emprego dos meios de comunicação de massa, notadamente das classes menos favorecidas. Todavia, entende-se que cada caso é um caso. Países com vasta extensão territorial a ocupar, recursos equivalentes ao crescimento populacional, grande potencial para uma escala de riqueza, têm que ser respeitados sobre o direito inalienável dos seus habitantes gerarem filhos.

A adoção de uma política de limitação populacional, em caráter geral, poderá criar uma consciência distorcida por parte das autoridades de determinados países. A simples defesa de uma tese desse tipo, dará motivos para que governos autoritários e ilegítimos justifiquem sua incompetência administrativa, falta de recursos alimentares, ensino deficiente, saúde precária, inexistência de moradias tomando como causa o crescimento demográfico; propondo, em consequência, o controle da natalidade com a argumentação demagógica de que a quantidade necessariamente prejudica a qualidade. Correto quando se fala em deter o crescimento da popu

lação, mas desde que o interessado não tenha as condições mínimas de subsistência para a sua população, tampouco possua o potencial necessário para, a médio prazo, dotar-se de mecanismos que possam levá-lo a satisfação das suas necessidades básicas.

O primeiro relatório do Clube de Roma na mesma oportunidade em que alertava sobre os limites de crescimento do planeta, chamava a atenção para o fato de que o provável seria um declínio súbito e incontrolável da população. Já o segundo informe ao Clube de Roma - Momento de Decisão - publicado em 1975, ou seja, três anos após Limites do Crescimento, assinalava: "*Que a população de verá nivelar-se horizontalmente em dado momento, isto é, que o aumento da população deve cessar, é o ponto de vista que vai obter a aceitação universal*". (101) Finalmente, agora já em 1978, o terceiro informe ao Clube de Roma explicava: "*É provável que a taxa de crescimento se reduza em princípio do próximo século...*". (102)

"A terra produziu verdura, erva que contém semente segundo a sua espécie, e árvores que produzem fruto segundo a sua espécie, contendo fruto à sua semente". (103)

Para que se produza verdura o recurso necessário é a terra, que de ano para ano diminui o espaço de área cultivável. Dos 3,2 bilhões de hectares de terra potencialmente apropriadas ao cultivo de alimentos, a metade, a mais rica e acessível, está produzindo. A outra metade necessitará de elevados investimentos para tornar-se cultivável.

O primeiro relatório do Clube de Roma é taxativo: "*Contudo, a melhor metade das terras potencialmente cultiváveis já está sendo utilizada, e o preparo de novas terras é tão dispendioso que a sociedade tem julgado esta medida como sendo antieconômica*". (104)

O que ocorre é que enquanto o crescimento da população desenvolve-se exponencialmente (PG), a produção de alimentos, ao contrário, cresce linearmente (PA).

"A corrida entre alimentos e bocas é talvez o aspecto mais dramático e mais amplamente divulgado do problema populacional; mas não é necessariamente a ameaça mais iminente", alega Robert Heilbroner. (105)

Na verdade, o espectro da fome vai depender muito mais das opções da sociedade entre o alimento e outros bens de consumo, do que propriamente dos índices de crescimento da população. A exis

tência cada vez mais intensa de uma permuta entre a produção de alimentos com a de outros bens de consumo criará, positivamente, uma inversão de valores cujos únicos beneficiários serão aqueles que formam uma camada pequena da sociedade. Não quer dizer, entre tanto, que deva-se colocar todos os recursos disponíveis a serviço da produção de alimentos, não deixando sequer uma possibilidade de expansão de outros segmentos da economia.

Além do limite de espaço e da inversão das prioridades, o fluxo de água doce proveniente de áreas terrestres é, depois do solo, o segundo mais importante óbice para a produção agrícola.

"Assim, a futura expansão da produção de alimentos está intimamente subordinada à disponibilidade de reservas não-renováveis". (106)

Muito embora a falta de água doce e de espaço sejam fatores limitativos para o abastecimento de alimentos, os recursos que permitirão o desenvolvimento agrícola e o aumento da produção são os não-renováveis, tais como os combustíveis ou os metais.

Se continuarem os atuais ritmos de expansão, a grande maioria dos minerais não renováveis pode se achar esgotada antes da virada do século. Como a população, a taxa de consumo mundial de todas as reservas naturais está crescendo exponencialmente, sendo que para muitas reservas a taxa de consumo está crescendo até mais rapidamente do que a população. Isto demonstra que aumenta o número de pessoas que estão consumindo, bem como cresce o consumo médio por pessoa. Por outro lado, os minerais cujas reservas ainda não estivessem esgotadas, grande parte deles seria extremamente dispendioso.

O homem somente deu conta da exaustão dos recursos naturais graças às ações da OPEP, limitando a exploração do óleo e aumentando os preços. E essas ações da OPEP levaram a uma modificação nas relações internacionais, com o aparecimento da seguinte característica: a interdependência nas relações entre Norte e Sul.

A pergunta que se faz é se existirão reservas suficientes para abastecer a economia mundial e satisfazer no final do século a 7 bilhões de pessoas? A resposta está no homem e no seu poder criativo. Sim, tudo depende do homem.

Outra quantidade exponencialmente crescente no sistema mundial é a poluição do meio ambiente.

"Produzam as águas uma multidão de seres vivos, e voam os pássaros sobre a terra, debaixo do firmamento dos céus. Deus criou os monstros marinhos e toda a multidão de seres vivos que enchem as águas, segundo a sua espécie, e todas as aves segundo a sua espécie". (107)

A preocupação do homem com o ecossistema e sua preservação para as gerações futuras, deu-se muito recentemente. Poucos são os estudos que existem sobre o grau de degradação do ambiente, mas os poucos tipos de poluição que foram medidos estão crescendo exponencialmente e não se tem o limite máximo desse crescimento.

A poluição tem íntimo relacionamento com a população e com a industrialização. Assim, como a maioria dos poluentes são influenciados pelo crescimento da população e pelo avanço tecnológico, o crescimento da poluição dá-se, também, exponencialmente.

Os cientistas interessados no assunto temem que determinadas áreas da "espaçonave terra" podem estar próximas de ultrapassar os limites impostos pelo meio ambiente. Acreditam eles que o excesso desses limites fixados pela natureza poderá criar condições intransponíveis e insuperáveis, reduzindo o planeta em algo incapaz de apoiar a vida humana.

"Ninguém discute mais que nossos sistemas de apoio à vida estão sofrendo ataques sem precedentes dos efeitos combinados da urbanização, da industrialização, da agricultura e de nossos estilos de vida diário", alertava, em 1976, o 3º informe ao Clube de Roma". (108) A dificuldade está na total ignorância que se tem sobre o limite máximo preciso da capacidade da terra de absorver os diversos poluentes, seja individualmente ou a combinação de todos.

Tais fatos têm trazido posições radicais, como o manifesto de um grupo de cientistas ingleses pedindo a sustação do crescimento ou manifestações de alguns líderes exortando o crescimento zero. Muito embora pareça improvável a redução voluntária do crescimento e um reordenamento planetário, Heilbroner acredita que "À medida que nos avizinhamos desse instante limite de tolerância ambiental, os desastres locais - fatais inversões de temperatura em grande escala, fracassos em massa das safras, escassez de recursos - poderão também arrefecer o crescimento industrial e propiciar o necessário impulso para a construção paulatina de um sis

tema social ecológico e socialmente viável". (109)

O problema é que, assim como os recursos naturais, os benefícios das atividades geradoras de poluição reduzem a vontade do homem em tomar decisões capazes de limitar o crescimento em larga escala dos poluentes. Agrava ainda, o fato de que os custos necessários a uma ação corretiva são tão dispendiosos que se torna pouco convidativa a aplicação de medidas saneadoras do meio ambiente.

Tycho Brahe Fernandes Neto, magistrado catarinense e estudioso do assunto, prega a necessidade da institucionalização da disciplina Direito Ambiental, qual seja "*o conjunto de normas e princípios editados objetivando a manutenção de um perfeito equi*líbrio nas relações do homem com o meio ambiente". (110) Segundo o citado autor, a educação ambiental e a edição de leis com uma efetiva sanção penal, são instrumentos que se pode dispor visando, pelo menos, limitar a agressão ambiental.

Contudo, fica com Jean Lamarque o que de melhor se disse sobre a degradação do meio ambiente: "*A poluição das águas e a poluição do ar não são irremediáveis; o barulho pode ser contido; a degradação de sítios naturais, a redução de espaços verdes ou florestais, o desaparecimento de espécies animais ou vegetais não apresentam qualquer caráter de fatalidade: tudo depende do homem*". (111)

6.2. A PUNIÇÃO DO SUL

Em 1952, isto é, em plena "guerra fria", Alfred Sauvy, o criador da expressão "Terceiro Mundo", escrevia: "*Pois enfim esse terceiro mundo, ignorado, explorado, desprezado, como o terceiro estado, também quer ser alguma coisa*". (112) Já na década de 50 o representante de um país potência (França) nas Nações Unidas, vislumbrava que a riqueza de algumas nações custava um preço demasiado alto para os países do chamado Terceiro Mundo. E essa mesma voz alertava que os países terceiro-mundistas desejavam ser alguma coisa.

Mas, citando Sto Tomás D'Aquino, "a realidade extrapola

o conceito". Senão, veja-se: "de um total de 4,5 bilhões de pessoas 3/4 localizam-se em países do Terceiro Mundo, sendo que 1 bilhão não têm o que comer, afirma o humanista Maurice Guernier." (113) Na Ásia são 500 milhões de pessoas, o Continente Africano entra com 140 milhões e a América-Latina participa com 90 milhões de habitantes que não dispõem de acesso à água potável.

A América-Latina, ainda, transformou-se num continente faminto e analfabeto, onde 40% da população vivem de sub-emprego. Para erradicar as favelas seria preciso construir mais de 120 milhões de casas até o final do século. Somente em 1979, 12 milhões de crianças com menos de 5 anos, morreram de inanição. Em Zâmbia, na África, em cada mil crianças, 260 morrem antes de completar o primeiro ano de vida. Na Índia e no seu vizinho, o Paquistão, a proporção é de 140 por mil.

Muito embora existam reservas sobre o número exato, o *Clube de Roma* (114) calcula entre 50 a 60 % da população dos países terceiro-mundistas não se alimentam adequadamente.

De acordo com o relatório da FAO, no Sul da Ásia, em alguns países do Leste Asiático, no Oriente Próximo, na África do Norte e em certas partes da América-Latina quase não há possibilidade de expansão de áreas cultiváveis.

Já o governo norte-americano encomendou um estudo à Comissão Consultiva sobre Disponibilidade de Alimentos e constatou, em 1967, que 60% da população dos países do Terceiro Mundo são desnutridos, "ao preço terrível do retardamento físico e mental". (115)

Assim, como o espectro da fome, a situação demográfica do Terceiro Mundo é alarmante, principalmente em áreas onde não existe nenhuma expectativa de melhoria da qualidade de vida da população. O Sudeste da Ásia está crescendo a uma taxa tal que sua população duplicará num prazo de três décadas, a África em 27 anos e a América-Latina em 24.

J.L. Sampedro, professor da Universidade de Madri e Conselheiro Econômico da Delegação da Espanha na ONU, comenta que a constante aceleração do crescimento populacional agrava ainda mais a escassez de alimentos e ameaça neutralizar os esforços já feitos para eliminar a fome. "O que causa a maior preocupação é que é exatamente nos continentes menos avançados que a explosão populacional é mais pronunciada." (116) Heilbroner assegura que, dentro de

1 século, o Terceiro Mundo "terá que suportar algo em torno de 40 bilhões (...), se continuar a duplicar a cada quarto de século" .
(117)

O quadro que se expôs, permite algumas indagações que se considera fundamentais, uma vez que as medidas que estão a propor, visam, principalmente, combater os efeitos enquanto as causas permanecem.

Pergunta-se: que fatos levaram os países que formam o Terceiro Mundo a esse estado de penúria? E qual o interesse das grandes potências em deter o controle de países de terceira classe, onde pontificam a fome, o analfabetismo e o desemprego?

Em março de 1974, perante a Comissão Populacional, o representante soviético declarou que "se sobreviesse um período de fome em algum país pobre, isso seria o resultado de sua exploração pelos países ricos ..." (118) O alerta foi dado em 1974, mas desde os séculos XV e XVI com a expansão marítima, os países colonialistas da Europa Ocidental passaram a enriquecer às custas dos recursos de países que não faziam parte da comunidade Européia. O ouro e a prata eram saqueados da América-Latina, a Holanda fez fortuna na Indonésia, a Grã-Bretanha pilhou a Índia, espanhóis e portugueses fizeram comércio de carne humana com o fornecimento de escravos aos plantadores brancos e assim por diante. Com a Revolução Industrial, os países periféricos da Europa Oriental, Ásia, África e América do Sul continuaram a contribuir para os cofres dos países que se industrializavam. Enquanto os países industrializados do Hemisfério Norte exportavam seus produtos manufaturados, inundando as partes mais acessíveis do Terceiro Mundo, desapareciam os artesanatos locais pré-industriais. Assim, com a exportação dos produtos ocidentais para os países periféricos aborta, sufoca e deforma o desenvolvimento do Terceiro Mundo. O resultado dessa exportação, em escala sem precedentes, fez com que toda a atividade econômica do país colonial passasse a subordinar-se aos interesses predominantes das potências metropolitanas.

Com o crescimento industrial, a demanda de matérias primas aumentou, e, logicamente, as empresas das grandes potências vão em busca das reservas do Terceiro Mundo. Para Malcolm Caldwell o que ocorre é a existência "de um processo de união de um grande grupo de países pobres a um pequeno grupo de países ricos, numa re

lação simbiótica de desigualdade econômica geral, pela qual a riqueza foi fisicamente transferida dos pobres para os ricos". (119)

Ocorre, entretanto, que o Terceiro Mundo se deu conta dessa transferência de riqueza, que ocasionou um crescimento desigual de ricos e pobres, e a liderança das grandes potências já não mais funciona. O nascimento e a atuação da OPEP confirmam que desenvolveram-se outros centros poderosos com capacidades e pretensões de decisão na ordem planetária. Não há dúvida de que um endurecimento dos países terceiro-mundistas com relação à transferência de recursos naturais às grandes potências, principalmente aos Estados Unidos, coloca em crise o sistema econômico mundial e arrasa com o capitalismo. Daí, o aparecimento em cena da Comissão Trilateral, fundada em 1973, sob os auspícios de David Rockefeller e com o patrocínio de representantes dos maiores consórcios internacionais dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. O conceito central da ideologia da Trilateral é a interdependência. Na opinião de Franz J. Hinkelammert, a interdependência de que fala a Trilateral "não é a interdependência de qualquer sistema econômico ou social. O conceito é usado de uma forma específica, determinada, a qual, segundo estes autores, resultou de uma mudança qualitativa daquela interdependência que rege qualquer sistema econômico". (120) A Trilateral procura, através de um novo conceito de interdependência, manter o mesmo sistema neo-colonialista onde a desigualdade entre países ricos e países pobres vai se acentuando cada vez mais. Por isso, o interesse dos dois blocos de poder em aumentar suas áreas de influência, principalmente em direção a países do hemisfério sul, onde estão estocadas as maiores reservas de recursos naturais, além do excelente mercado existente no Terceiro Mundo, para armamentos e bens de consumo, produzidos por empresas transnacionais que nele se instalam sem as limitações de sindicatos livres, leis rígidas de proteção ao meio ambiente, de remessa de lucros e de segurança no trabalho.

Joseph Comblin ao analisar os efeitos da "guerra fria" para os países do Terceiro Mundo, adota o seguinte entendimento: "O que se vê claramente é que ela serve essencialmente às grandes potências para impedir que os Estados fracos tenham uma política externa própria e aceitem se submeter ao programa traçado pela potência dominante". (121)

Destarte, as diferenças consideráveis entre os países do Terceiro Mundo e as grandes potências e a desigualdade entre países ricos e países pobres são frutos da política expansionista e intervencionista dos dois grandes, que se utilizam da "guerra fria" para aumentar suas áreas de influência política e econômica.

6.3. A PROJEÇÃO MUNDIAL

A sabedoria está com os antigos, profetizavam os livros sagrados. Época em que a educação era transmitida pela família através do conhecimento dos pais, adquiridos dos seus antepassados e quase sempre acompanhados de valores tradicionais e religiosos. Todo o aprendizado era em função do passado e a cultura milenar.

Surge a máquina e com ela nasce uma nova espécie humana, de um outro tempo e com novos valores. Estamos na idade mecânica, a escola substitui a família que força uma revolução de valores e exige um novo sentido do tempo.

Novas técnicas são introduzidas, as máquinas requerem mais, sempre mais, braços que acionem seus mecanismos. A vida mudou, o mundo não é mais aquele desejado. Ruídos repetitivos, fumaça, o confinamento no trabalho, máquinas, piores condições de vida, disciplina coletiva em ambientes populosos ... São estes agora os desafios humanos. Os tempos são outros e a humanidade passa hoje por grandes transformações, da descontinuidade de Peter Drucker à transitoriedade de Toffler, das desigualdades de Myrdal à resposta de Toynbee, da limitabilidade do Clube de Roma ao desafio de Schreiber.

Viu-se, anteriormente, o alerta do Clube de Roma sobre o horizonte terminal do planeta em 100 anos, a continuarem as atuais tendências de crescimento.

Clama-se por uma nova ordem mundial, implora-se a cooperação de todos pobres e ricos, pequenos e grandes, desenvolvidos e subdesenvolvidos, pois esgotaram-se as possibilidades de soluções nacionais para os problemas da humanidade.

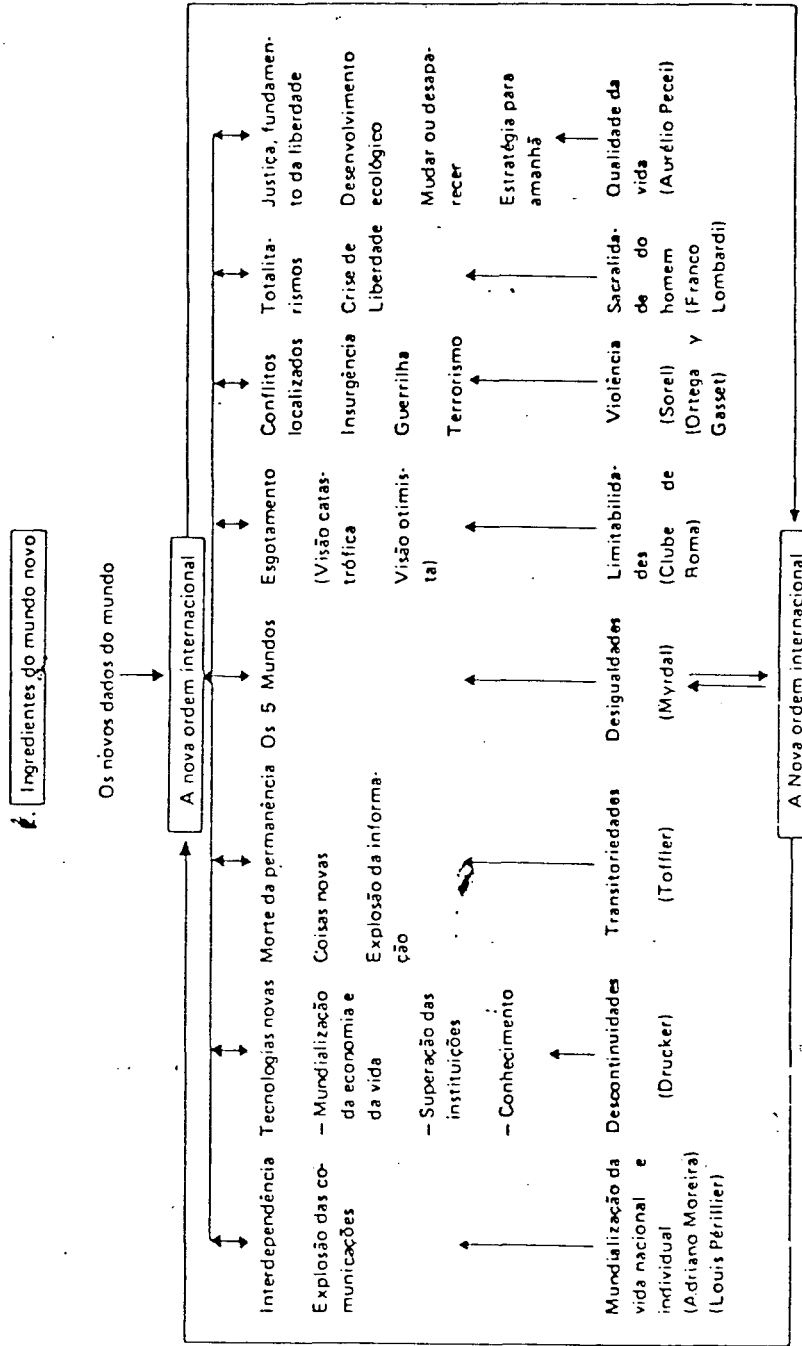
Os analistas afirmam que o futuro é construível, mas desde que se lhe dedique atenção. Dizem, também, não ser o futuro de

todo aleatório, desde que o considere como um conjunto de probabilidades implícitas na vida. "*O futuro é um programa*", diz ter anotado de P.D. Brigman, Karl Deutsch. (122)

Uma década atrás dizia-se que o mundo era incapaz de responder às necessidades do homem, e que a sobrevivência humana estava na sua própria capacidade de transformá-lo. Mas o homem já não está mais naquele mundo da década de 70. O mundo, como o homem, é outro. As desigualdades informam que o mundo não é um só e que outros homens existem e, também, estão no mundo. Os problemas nacionais guardam dependência das soluções planetárias. É preciso organizar-se para transformar os 5 Mundos num só e ajustá-lo às conveniências de cada homem, cada grupo de homem, até chegar à humanidade inteira.

O Professor Alcides Abreu (123) coloca que para operar o ajustamento do mundo às conveniências humanas é fundamental a de codificação de fatos com uma determinada carga de futuro. Alinha o professor, como "fatos portadores de futuro", (vide quadro) desde a "mundialização da vida nacional e da própria vida individual", consequência da explosão das comunicações e das informações obtidas pelo avanço científico e tecnológico do conhecimento até a "violência física ou simbólica", filha ingrata do progresso, nascida em função das exigências tecnológicas em contraste com o temperamento da humanidade; desde "hiato entre o equipamento e as instituições, gerando recusas e contestações, até às desigualdades", onde 75% das rendas ainda pertencem a 15% da população mundial.

E, se for o caso, esses fatos podem ser desdobrados em amplo espectro, principalmente nos países terceiro-mundistas, que são os que mais sentem essa carga de futuro provocada por um sistema global injusto, sob o controle de um número reduzido de nações-potência, a quem cabe a tutela do mundo. A injustiça está, notadamente, no alargamento do hiato entre as nações ricas e as pobres do Terceiro Mundo, que descentralizou ainda mais o equilíbrio mundial de poder. Mas, com a crise do petróleo e a nova postura dos membros da OPEP, que elegeram o óleo como instrumento de barganha, e, ainda, com a proliferação horizontal da tecnologia final do átomo, o sistema bipolar está se aproximando do fim, pois existem novos atores dispostos a ser ouvidos nas decisões no pla



Fonte: Alcides Abreu . SENAI - Retrospecto e Prospecção, 1978 .

no mundial.

6.4. O PODER DE DECISÃO DO BRASIL

O Brasil prepara-se para entrar no rol dos Países do Primeiro Mundo. O Chanceler Saraiva Guerreiro, afirmou recentemente em Buenos Aires "que o Brasil não se posiciona entre os países desenvolvidos, mas tampouco pertence ao chamado Terceiro Mundo, embora possua aspectos de ambos, sem contudo, preencher todas as características que o pudessem situar em um outro grupo!" (124) Eufemismo do Ministro? Não, pois alguns componentes colocam-no como país desenvolvido, cuja economia está entre as 10 maiores do mundo. De fato, em termos macro o Brasil já seria uma sociedade concretamente desenvolvida, uma potência afluente, mas no plano social detêm algumas áreas de piores níveis de saúde, de educação e bem-estar do mundo. O ex-Ministro da Educação e Cultura, Professor Eduardo Portella, dizia frequentemente que existe no País uma cisão entre o Brasil econômico e o Brasil social. Segundo alguns cálculos, com uma população de 200 milhões de pessoas, a economia brasileira, até o ano 2.000, deverá crescer 7% ao ano para que 77,3% dessa população tenham uma alimentação adequada. Por outro lado, para que o Brasil possa atender as necessidades mínimas de assistência médica, nutrição, educação, habitação e saneamento básico, o governo brasileiro terá que investir, por ano, 5% do PNB, de 1981 a 2.000.

Observa-se, entretanto, para que diminua o hiato existente entre o Brasil econômico e o Brasil social, o crescimento da economia não é fator fundamental, pois a questão está na vontade política das lideranças brasileiras.

A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República publicou o Pequeno Documentário Estatístico, a propósito da viagem Presidencial à Argentina, cujos dados recobrem o período de 1963 a 1979, sendo que nestas datas se observam as seguintes transformações: a população cresceu em 44 milhões de pessoas; o PIB expandiu-se 265% e a renda per capita em 133%, o transporte

aéreo cresceu em 309%; o rodoviário em 743%; o número de telefones em 396% o índice de escolarização passou de 55%, em 1963, para 76% em 1979; as matrículas do 2º grau expandiram-se em 580% ; a PEA cresceu em 85,4%.

Mesmo em 1980, um ano marcado por crises na política econômica brasileira, o Produto Interno Bruto alcançou a marca de 8,5%.

O ingresso do Brasil na era do átomo, além da alternativa encontrada para substituir a energia hidrelétrica, uma vez que mantendo-se o atual crescimento por ano da demanda (10%), o potencial hídrico brasileiro estará esgotado no ano 2.000, configura-se, também, como um grande passo dado em direção ao poder de decisão a nível mundial.

Na equação do poder, o Brasil ingressa com componentes imprescindíveis para uma escalada de decisão na ordem internacional, seja pela sua extensão territorial e crescimento demográfico (massa crítica), ou seja, pela sua capacidade econômica e concepção estratégica.

Mas já no início dos anos 70, o Brasil aspirava, através do seu desenvolvimento, uma posição de grandeza, sendo que no final da década iria ao encontro a duas realidades: a consciência de potência emergente e as repercussões do quadro internacional. Agora, já entrando nos anos 80, os números mostram que o País no decorrer da última década realiza um desenvolvimento eminentemente dinâmico, apesar dos eventos mundiais que prejudicaram um melhor desempenho da Nação Brasileira.

O Brasil, como o resto do mundo, está convivendo, no momento, com problemas econômicos e financeiros, que, por se estar numa crise cíclica, serão superados com o decorrer do tempo. O País está procurando ajustar-se rápida e integralmente às novas circunstâncias, tanto quanto possível, adotando medidas que para isso julgue necessárias. De outra forma, não se pode negar o grau de desenvolvimento que o País atingiu, colocando-se entre as 6 presenças marcantes no planeta pela ordem de escala do Prof. Cline.

Os analistas colocam a sociedade brasileira, no limiar do século XXI, com uma situação equivalente à dos Estados Unidos nos anos sessenta. E o Brasil deve preparar-se, a partir de agora,

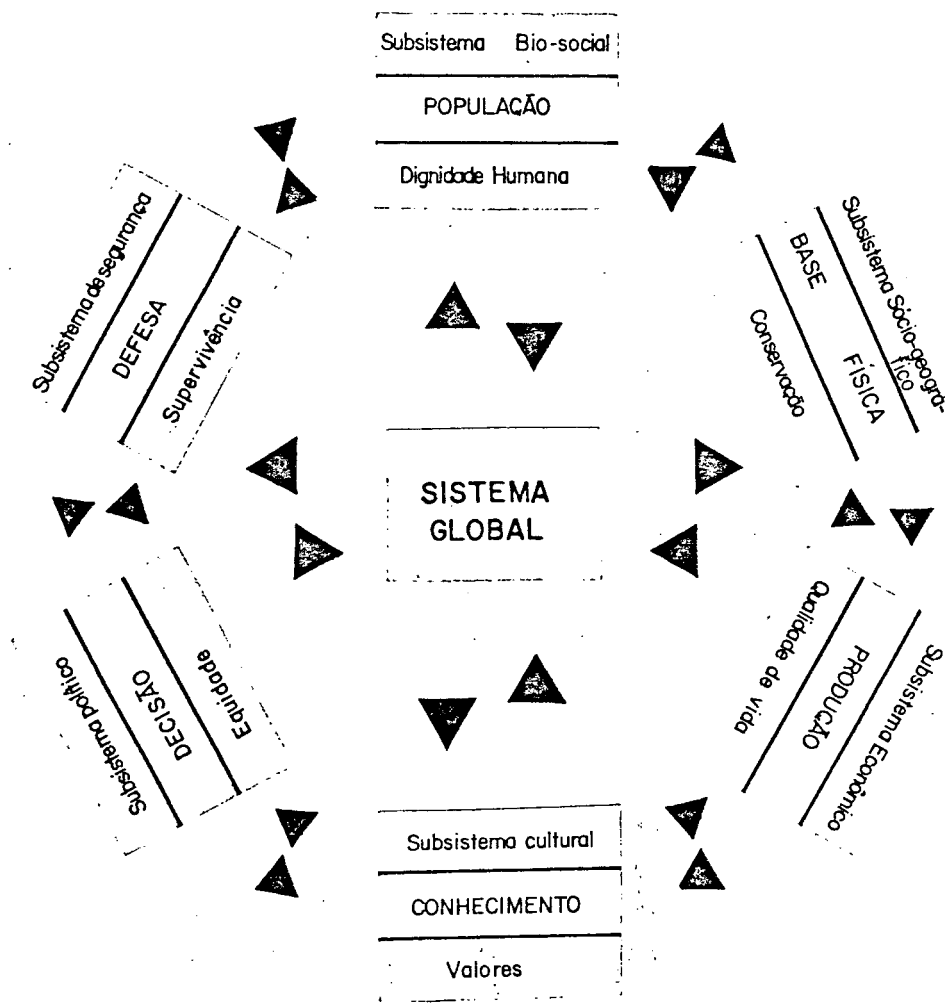
para um desempenho mundial ao lado de Estados Unidos, União Soviética, Alemanha Ocidental, França e China. Essa preparação deverá estar consubstanciada numa proposta endereçada para o futuro, mediante a decomposição de alguns ingredientes fundamentais à ascensão brasileira dentro do sistema planetário (vide quadro).

O Estado Brasileiro pode-se considerar como sociedade concreta, muito embora necessite de outros indicadores que o tornem uma sociedade melhor. A condição brasileira de potência emergente não é questionável, contudo, pode-se melhorar essa condição, enriquecê-la, torná-la mais qualitativa. O desenvolvimento da Nação vai levá-la, através de uma melhor distribuição da riqueza, a reduzir o fosso existente entre ricos e pobres. Uma economia forte, um melhor padrão de vida para a sua população e uma política externa que abandone aquela linha cordata e alinhada, tornando-se agressiva, responsável, pragmática e universalista, ampliará abrangentemente o poder do Brasil perante a comunidade internacional. Não há como deixar de ocupar a posição que cabe ao Brasil entre as potências mundiais e exercer o poder que emerge e que lhe dá direito de aspirar.

Destarte, a diplomacia brasileira não pode abandonar o seu caráter agressivo e universalista, indispensável para que o Brasil possa vencer os obstáculos que são criados pelos que já o pressentem como um dos futuros líderes do bloco ocidental. Mais do que isso, a política externa brasileira tem que se apressar no entendimento e na posição a adotar face aos incidentes políticos internacionais, que o mundo está a conhecer.

O Brasil deve se conscientizar do seu destino. Com uma população de mais de 100 milhões de habitantes, ocupando uma área de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e bem posicionado, estrategicamente, na geopolítica planetária, são condições favoráveis para nações aspirantes a grande potência. Uma grande população, às vezes, pode ser uma tragédia, mas no caso brasileiro irá depender da capacidade do desempenho do governo no campo econômico-social. No enfoque "recursos naturais" não há dúvida de que a dimensão continental do Brasil e sua posição marítima, colocou-o com potencialidades minerais incalculáveis, no interior e na plataforma oceânica. Ao contrário da Europa Ocidental, que além de um suporte geográfico muito menor, seus recursos minerais já estão in

DADOS PARA UMA MENSAGEM BRASILEIRA



tensamente explorados, a ponto de estar perto o seu horizonte terminal.

Ressalte-se, entretanto, que o poder que se aspira não se confunde necessariamente, com colonialismo ou dominação, pelo contrário, deve o Brasil inaugurar uma nova doutrina com conotação filantrópica e protetora, fazendo dele um dos países reordenadores do sistema global.

CONCLUSÃO

O direcionamento que tomou essa monografia se afastou significativamente da abordagem que se pretendia dar, inicialmente, ao texto. Contudo, frisa-se que a análise dos fatos não sofreu qualquer alteração de caráter quer metodológico quer científico, apenas estendeu-se mais o enfoque da presença brasileira no sistema global, ao contrário da idéia preliminar, predominantemente terceiro-mundista. De outro lado, cumpre-se alertar que por ser um trabalho sobre assunto em constante mutação, procedeu-se um grande esforço para que não se deixasse de contemplar aspectos relativos ao atual quadro das relações internacionais.

Preocupou-se, também, em demonstrar que no jogo do poder, as peças são trocadas visando sobretudo a supervivência dos Estados, mediante um equilíbrio de forças onde não se exclui o emprego de tropas na ocupação de "espaços vitais" de interesse estratégico para uma liderança mundial. Isto quer dizer que, muito embora os Estados Unidos mantenham uma política vis-à-vis com a União Soviética, no campo ideológico e diplomático, manifestada mais por ações verbais e ameaças do que por um confronto militar, o sistema bipolar ainda permanece como forma atual de poder, independentemente do aparecimento de novos atores no cenário internacional, e a guerra fria como estratégia para um equilíbrio de forças entre as duas potências.

Com a consagração da política denominada "áreas de influência", a guerra fria que havia se limitado aos países da Europa, elegia agora como teatro de operações, países fora do eixo do velho mundo, atingindo até o longínquo sudeste asiático. O recrudescimento da guerra fria fora do eixo europeu deu-se, principalmente, com a explosão da bomba atômica que se tornou fator inibidor para o início de um conflito direto e uma guerra formal entre Estados Unidos e União Soviética, face ao espectro da destruição total. Assim, o confronto foi substituído pelo crescimento do número de países dentro da esfera de influência de cada potência, sobretudo do Terceiro Mundo, para um equilíbrio de poder na geopolítica planetária.

Ocorre, entretanto, que o Terceiro Mundo despertou e está lutando contra o colonialismo iniciado após a Segunda Grande Guerra,

buscando no conhecimento final das tecnologias um mecanismo de defesa para as suas causas nacionalistas. As grandes potências estão sentindo que não há força, seja soviética ou americana, que possa conter esse despertar dos países terceiro-mundistas, refletindo, inclusive, na queda de prestígio das duas grandes potências. A principal resposta desses países contra o colonialismo moderno está na proliferação horizontal de armas atômicas, tida como forma de aumentar a capacidade interna dessas nações em reagir contra ameaças que visam transformá-las em áreas estratégicas de equilíbrio de poder.

Consta, porém, que no atual jogo de equilíbrio de forças, pela sua função estratégica, o Atlântico Sul é citado, pelas lideranças dos dois blocos, como particularmente importante na geopolítica planetária, pois nele se localiza "o golfo pérsico dos minerais". E o Brasil desponta como a principal área estratégica do Atlântico Sul, uma vez que o território brasileiro é o que mais se aproxima da África, projetando-se para o continente eurasiático.

Dada a posição estratégica que ocupa na vertente Atlântica da África e a sua atual escalada de grandeza, colocando-o entre as 10 maiores economias do mundo, o Brasil está se impondo como sociedade concreta na ordem internacional, que, através de uma diplomacia realista poderá levá-lo à condição de um dos principais interlocutores, no plano mundial, de uma política para uma nova ordem internacional.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Linhas de Pesquisa 1976-1979 do Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC.
- (2) NASCIMENTO E SILVA, Luiz Gonzaga. Sistemas Bipolares e Multipolares. Revista Segurança e Desenvolvimento da ADESG n° 155. Cia. Editora Americana, 1973, pg 36.
- (3) ARON, Raymond. Filosofia da Guerra in Jornal do Brasil de 12 de outubro de 1980, 1° caderno, pg 8.
- (4) EVANS, Robert Dervel. A Estratégia Militar para os anos 80 in Jornal do Brasil de 14 de setembro de 1980, Especial , pg 2.
- (5) Ibid, Ibid.
- (6) ABREU, Alcides. Pesquisa na UFSC: Raciocínio para a proposta de um programa in Revista de Direito da UFSC. Edição Especial. Imprensa Universitária, pg 56.
- (7) BOUTHOU, Gaston e CARRÈRE, René. O Desafio da Guerra- Dois Séculos de Guerra 1740/1974. Biblioteca do Exército Editora, 1979, pgs. 91 e 92.
- (8) PINHEIRO, Paulo Sérgio. Ficção e Apocalipse in Revista Isto É n° 162, de 30 de janeiro de 1980, pg 19.
- (9) GALBRAITH, John Kenneth. A Era da Incerteza - história das idéias econômicas e suas consequências. Pioneira e Editora Universidade de Brasília, 1979, pg 223.
- (10) MORGENTHAU, Hans. Uma Política inadequada para a era atômica in O ESTADO de São Paulo de 9 de março de 1980, 7° caderno , pg 129.
- (11) DEUTSCH, Karl. Análise das Relações Internacionais. Pensamento Político. Editora Universidade de Brasília, 1978, pgs 154 a 156.
- (12) CARVALHO, Delgado. Relações Internacionais. Biblioteca do Exército e Distribuidora Record Editores, 1976, pg 226.

- (13) BRZEZINSKI, Zbigniew. Entre Duas Eras - América Laboratório do Mundo. Artenova, 1971, pgs 22 e 23.
- (14) WOOD, David. Conflict in the Twentieth Century. Adelphi Papers, 1968, pg 19.
- (15) NASCIMENTO E SILVA, Luiz Gonzaga. Op. cit., pg 38.
- (16) PIRENNE, Jacques. Les Grandes Courants de L'Histoire Universalle in Relações Internacionais de Delgado de Carvalho. Op. cit., pg 226.
- (17) GRIMM, Melchior. In Armamentos Nucleares e Guerra Fria de Claude Delmas. Editora Perspectiva, Khronos 10, 1979, pg 23.
- (18) TOCQUEVILLE, Alexis. In o Poder das Nações - a política internacional do nosso tempo de John Stoessinger. Editora Cultrix, 1975, pg 61.
- (19) TROTSKI. In Claude Delmas. Op. cit., pg 22.
- (20) STOESSINGER, John. Op. cit., pg 64.
- (21) COLBY. In Claude Delmas. Op. cit., pg 26.
- (22) LENIN, Ibid, pg 24
- (23) DELMAS, Claude. Op. cit., pg 31.
- (24) Ibid, Ibid.
- (25) WESSON, Robert G. A Nova Política Externa dos Estados Unidos. Zahar Editores, 1978, pg 29.
- (26) DELMAS, Claude. Op. cit., pg 21.
- (27) SAINT-BEUVE, Ibid, pg 23.
- (28) WESSON, Robert G. Op. cit., pg 30.
- (29) SIST, Arturo e URIARTE, Gregório. Da Segurança Nacional do Trilateralismo in Trilateral - Nova Fase do Capitalismo Mundial de Hugo Asmann et alii. Editora Vozes, 1979, pg 168.
- (30) MAGDOFF, Harry. Imperialismo da Era Colonial ao Presente. Zahar Editores, 1979, pg 66.
- (31) ARON, Raymond. In Claude Delmas. Op. cit., pg 111.
- (32) CROZIER, Brian. A Paz Quente in O Estado de São Paulo de 18

- de janeiro de 1981. Suplemento Cultura nº 32, pg 14.
- (33) DEUTSCH, Karl. Op. cit., pg 151.
- (34) FRANCIS, Paulo. Nixon x Mc Govern - As Duas Américas. Livraria Francisco Alves, 1972, pg 83.
- (35) CARLOS, Newton. As Potências e a Disputa pelo Terceiro Mundo in Folha de São Paulo de 27 de novembro de 1981.
- (36) BRZEZINSKI, Zbigniew. Op. cit., pg 22.
- (37) STALIN. In Claude Delmas. Op.cit., pg 36.
- (38) FRANCIS, Paulo. Op. cit., pg 77.
- (39) DEUTSCH, Karl. Op. cit., pg 188.
- (40) CARLOS, Newton. Vendas de Armas subiram muito em 80 in Folha de São Paulo de 4 de janeiro de 1981.
- (41) FRANCIS, Paulo. Op. cit., pg 83.
- (42) SERVAN-SCHREIBER, Jean Jacques. O Desafio Mundial. Editora Nova Fronteira, 1980, pg 239.
- (43) Ibid, Ibid.
- (44) MORGENTHAU, Hans. Op. cit.
- (45) DEUTSCH, Karl. Op.cit., pg 51.
- (46) GOODPASTER, Andrew. In Revista Isto É nº 596, de 6 de fevereiro de 1980.
- (47) GALBRAITH, John Kenneth. Op. cit., pg 227.
- (48) DEUTSCH, Karl. Op. cit., pg 148.
- (49) RODRIGUES, Leôncio Martins. In Crise da Ordem Internacional de Henrique Rattner et alii. Edições Símbolo, 1978, pg 117.
- (50) HEILBRONER, Robert. As Perspectivas do Homem. Cultrix, 1976, pg 30.
- (51) GIBRAT, Robert e NOGUCHI, Tetsuo. In Para uma nova ordem internacional de Jan Tinbergen et alii. Agir, 1978, pg 352.
- (52) HEILBRONER, Robert. Op. cit., pg 30.
- (53) DIEGUEZ, Flávio. 3º Mundo: com ou sem tratado a bomba virá

em 10 anos in Jornal Movimento de 25/31 de agosto de 1980.

- (54) O Almirante Alfred Tayer Mahan (1840 - 1914) foi o protago - nista do poderio naval e do papel imperial dos EUA.
- (55) Com o advento do nazismo Karl Hanshofer e discipulos apodera ram-se do Instituto de Munique e utilizaram-se da geopolíti ca para justificar o expansionismo de Hitler.
- (56) COMBLIN, Joseph. A Ideologia da Segurança Nacional - O Poder Militar na América Latina. Editora Civilização BrasileiraS/A, 1978, pg 23.
- (57) MATTOS, Carlos Meira. Brasil Geopolítica e Destino. Livraria José Olympio Editora, 1975, pg 3.
- (58) MONTESQUIEU. Do Espírito das Leis. Abril Cultural, Os Pensa dores, 1979.
- (59) OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. As Forças Armadas: Política e Ideo logia no Brasil (1964-1969). Editora Vozes, 1978, pg 31.
- (60) Conceito formulado pelo Instituto de Geopolítica de Munique. In Carlos Meira Mattos, op. cit., pg 5.
- (61) COUTO E SILVA, Golbery. Geopolítica do Brasil. José Olympio Editora, 1967, pgs 33 e 34.
- (62) Ibid, pg 27.
- (63) COMBLIN, Joseph. Op. cit., pg 27.
- (64) COUTO E SILVA, Golbery. Op.cit., pg 48.
- (65) MATTOS, Carlos Meira. Op.cit., pg 88.
- (66) CARVALHO, Delgado. Op. cit, pg 89.
- (67) Ibid, Ibid.
- (68) Ibid, Ibid
- (69) Ibid, Ibid
- (70) MATTOS, Carlos Meira. Op.cit., pg 74.
- (71) OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. Op.cit., pg 32.
- (72) MATTOS, Carlos Meira. Op.cit., pg 119.
- (73) MATTOS, Carlos Meira. Op.cit., pg 75 e 76.

- (74) DUROSELLE, J.B. Histoire Le Monde Contemporain in Delgado de Carvalho. Op.cit., pg 226.
- (75) BETHE, Hans. The Hydrogen Bomb H in Robert Heilbroner. Op. cit., pg 29.
- (76) MARCUSE, Herbert. A Ideologia da Sociedade Industrial - O Homem Unidimensional. Zahar Editores, 1973, pg 13.
- (77) RODRIGUES, José Honório. In Delgado de Carvalho. Op. cit. , pg 159.
- (78) MATTOS, Carlos Meira. Ibid, pg 160.
- (79) STOESSINGER, John. Op.cit., pg 37.
- (80) Ibid, pg 39.
- (81) MATTOS, Carlos Meira. Op.cit., pg 70.
- (82) CLINE, Ray. World Assessment - A Calculus of Strategic Drift. Georgetown University, 1975.
- (83) PINTO, Magalhães. In Carlos Meira Mattos. op.cit., 94 e 95 .
- (84) BROSSARD, Paulo. Direitos Humanos e Acordo Nuclear. Senado Federal, 1977, pgs 5 e 6.
- (85) ABREU, Hugo. O Outro Lado do Poder. Editora Nova Fronteira , 1979, pg 44.
- (86) MATTOS, Carlos Meira. Op.cit., pg 98.
- (87) BROSSARD, Paulo. Op. cit., pg 7.
- (88) GUGLIAMELLI, Juan E. Argentina Plan Nuclear Y Pressiones Ex ternas. Separata de la Revista Estrategia n° 42, de Setiem bre - octubre, 1976, pgs 5 a 19.
- (89) GUGLIAMELLI, Juan E. Y Si Brasil Fabrica la Bomba Atômica ? Separata de la Revista Estrategia n°s 34/35 de mayo - junio Y julio - agosto, 1975, pgs 3 a 19.
- (90) Ibid, Ibid.
- (91) Ibid, Ibid.
- (92) ORWEL, George. 1984. Cia Editora Nacional, 1978.
- (93) COUTO E SILVA, Golbery. Op.cit.

- (94) Bíblia Sagrada. Gênesis.
- (95) WATTS, William. In Limites do Crescimento de Donella Meadows et alii. Editora Perspectiva, 1973, pg 9.
- (96) MEADOWS, Donella et alii. Op.cit., pg 11.
- (97) Bíblia Sagrada. Gênesis.
- (98) MEADOWS, Donella et alii. Op. cit., pg 31.
- (99) SAUVY, Alfred. O Fim dos Ricos. Zahar Editores, 1977, pg 20.
- (100) HAMBLIN, Lynette. Poluição: a crise mundial. Editora Americana, 1973, pg 13.
- (101) MESAROVIC, Mihajlo e PESTEL, Eduard. Momento de Decisão - O Segundo Informe do Clube de Roma: Livraria Agir Editora, 1975, pg 21.
- (102) TINBERGEN, Jan. Op.cit., pg 48.
- (103) Bíblia Sagrada. Gênesis.
- (104) TINBERGEN, Jan. Op. cit., pg 51.
- (105) HEILBRONER, Robert. Op. cit., pg 27.
- (106) MEADOWS, Donella et alii. Op. cit., pg 52.
- (107) Bíblia Sagrada. Gênesis.
- (108) TINBERGEN, Jan. Op.cit., pg 54.
- (109) HEILBRONER, Robert. Op.cit., pgs 92 e 93.
- (110) FERNANDES, Tycho Brahe. Direito Ambiental: Uma Necessidade . Imprensa Universitária, UFSC.
- (111) LAMARQUE, Jean. Droit de la Protection de la Nature et de l' Environnement. L.G.D.J., 1973, XV.
- (112) SAUVY, Alfred. Op. cit., pg 18.
- (113) SERVAN - SCHREIBER. Op.cit., pg 180.
- (114) MEADOWS, Donella et alii. Op. cit., pg 45.
- (115) HEILBRONER, Robert. Op. cit., pg 24.
- (116) SAMPEDRO, J.L. Forças Decisivas na Economia Mundial. Zahar Editores, 1976, pg 25.

- (117) HEILBRONER, Robert. Op. cit., pg 24
- (118) SAUVY, Alfred. Op. cit. pg 28.
- (119) CALDWELL, Malcolm. A Riqueza de Algumas Nações. Zahar Editores, 1979, pg 178.
- (120) HINKELAMMERT, Franz. O Credo Econômico da Comissão Trilateral in Hugo Asmann et alii. Op. cit., pg 83.
- (121) COMBLIN, Joseph. Op. cit., pg 214.
- (122) DEUTSCH, Karl. Os Nervos do Governo. Bloch, 1971, pg 307.
- (123) ABREU, Alcides. SENAI Retrospecto e Prospecção. Mimeo, 1978.
- (124) FREIRE, Renato Correa. BRASIL - Terceiro Mundo e Não-alinhamento in Jornal do Brasil de 14 de novembro de 1980.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- (1) CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização . Paz e Terra, 1975.
- (2) CARLOS, Newton. América-Latina Dois Pontos. Editora Codecri, 1978.
- (3) DUVERGER, Maurice. As Modernas Tecnodemocracias. Paz e Terra, 1975
- (4) JOUVENEL, Bertrand de. As Origens do Estado Moderno. Zahar Editores, 1978.
- (5) MELO, Osvaldo Ferreira de. Dicionário de Direito Político . Forense, 1979.
- (6) MEYNARD, Jean. A Ciência Política. Fundação Getúlio Vargas , 1960.
- (7) MIROW, Kurt Rudolf. Loucura Nuclear. Editora Civilização Brasileira S/A, 1979.
- (8) MOSS, Robert. O Colapso da Democracia. Nórdica, 1978.
- (9) RUSSEL, Bertrand. Princípios da Reconstrução Social. Cia . Editora Nacional, 1958.
- (10) SCHWARTZENBERG, Roger - Gerard. O Estado Espetáculo. Difel , 1978.
- (11) TOFLER, Alvin. O Choque do Futuro. Editora Artenova, 1972.